



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

JÚLIO HENRIQUE RODRIGUES DE QUEIROZ

**INVESTIGAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE DOS
PROFESSORES DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO E SUA
RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE ENSINO: estudo de caso na Escola
Estadual José Gonçalves de Queiroz da Cidade de Sumé - PB**

**SUMÉ – PB
2015**

JÚLIO HENRIQUE RODRIGUES DE QUEIROZ

**INVESTIGAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE DOS
PROFESSORES DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO E SUA
RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE ENSINO: estudo de caso na Escola
Estadual José Gonçalves de Queiroz da Cidade de Sumé - PB**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé - CDSA, sob a orientação da Prof.^a Msc. Sônia Maria Lira Ferreira.

Orientadora: Professora Msc. Sônia Maria Lira Ferreira

**SUMÉ – PB
2015**

Q384i Queiroz, Júlio Henrique Rodrigues de.

Investigação sobre a formação docente dos professores de filosofia no ensino médio e sua relação com a qualidade de ensino: estudo de caso na Escola Estadual José Gonçalves de Queiroz da cidade de Sumé - PB / Júlio Henrique Rodrigues de Queiroz. - Sumé - PB: [s.n.], 2015.

78 f.

Orientador^a: Prof^a. Msc. Sônia Maria Lira Ferreira.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Educação. 2. Docente - Formação. 3. Currículo. 4. Filosofia - Ensino. I. Título.

CDU: 373.5.016 (043.3)

JÚLIO HENRIQUE RODRIGUES DE QUEIROZ

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé- CDSA, sob a orientação da Prof.^a Msc. Sônia Maria Lira Ferreira.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Msc. Sônia Maria Lira Ferreira
Prof.^a. Orientadora
UFCG/CDSA/SUMÉ-PB

Prof. Dr. Valter Ferreira Rodrigues
Prof. Examinador
UFCG/CFP/CAJAZEIRAS-PB

Prof. Dr. Flavio José de Carvalho
Prof. Examinador
UFCG/CH/CAMPINA GRANDE-PB

DATA DE APROVAÇÃO ____/____/____

SUMÉ – PB

AGRADECIMENTOS

A vida é uma constante roda gigante que nunca para de girar, o ser humano, que passeia nessa roda gigante, passa por momentos constantes no decorrer do seu giro, momentos em baixo e momentos em cima. Essa trajetória é sempre constante, porém, chega uma hora na vida que a gente tem que ter consciência de responsabilidades que serão tomadas para atender futuras escolhas no nosso dia a dia.

Assim, eu sempre carrego a ideia de que a vida é feita de escolhas, marcada por caminhos difíceis e que uma hora ou outra temos que decidir o que fazer. Dessa maneira eu tomei minha decisão e resolvi escolher este caminho ao ter ingressado na academia, o caminho de lecionar, foram muito desafios, impasses e eu já tenho em mente que ainda virão mais e mais, mesmo assim estarei sempre atento a novos desafios para sempre atingir minhas metas e conseguir realizar meus sonhos.

É nesse sentido que sempre sigo quando peço e consigo algo, seja simples ou de enorme importância como o meu trabalho de conclusão de curso. Então, nada mais justo que agradecer ao senhor Deus por me possibilitar e me dar toda sabedoria, compreensão, paciência, dedicação e aprendizagem, principalmente em horas de estresse, de raiva, de fortes emoções em geral, ele nunca me desamparou, obrigado mais uma vez senhor Deus.

Uma grande parcela dessa conquista, como também de outras que já alcancei, foi sempre possível graças ao meu porto seguro, OS MEUS PAIS, devo a eles todo apoio e dedicação. Além disso, não posso deixar de agradecer a eles pelo fato de terem confiado e acreditado em mim, eu sabia que não iria decepcionar vocês: pai e mãe! Obrigado por tudo até aqui, um dia terei certeza que irei retribuir tudo a vocês. Outra pessoa que me ajudou, incentivou e me ensinou todos os passos até este momento e que eu devo tamanho respeito e admiração é minha orientadora Sônia Maria Lira Ferreira, para mim ao longo deste trabalho, além da relação orientando e orientadora, passou a existir um afeto familiar entre nós, obrigado mesmo Sônia, obrigado por acreditar em mim.

Outra pessoa por quem eu tenho grande admiração, carinho, dedicação e por quem me sinto bastante agradecido é a minha namorada Samara Thais que ao longo da construção do meu trabalho, esteve sempre ao meu lado, me dando forças quando eu mais necessitei nunca me deixando desanimar e, desde o primeiro momento, sempre acreditando em mim, confiou na minha capacidade e no meu potencial, sempre dizendo “Você vai conseguir, amor, eu sinto isso..”, deste modo, obrigado mesmo, Samara.

Além de todos citados, não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de curso que estiveram comigo durante essa trajetória, tampouco aos meus amigos que também confiaram e acreditaram em mim, agradeço imensamente a eles por terem depositado essa confiança. Portanto, mais uma vez quero dedicar e agradecer a Deus e todas as pessoas que foram mencionadas, pessoas que são extremamente importantes para mim.

RESUMO

Este trabalho monográfico teve por objetivo investigar a partir de uma perspectiva crítica o perfil da formação docente dos professores de Filosofia que atuam na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz da cidade Sumé-PB, com a intenção de estabelecer uma relação entre a formação docente desses professores e a qualidade de ensino da disciplina Filosofia, no Ensino Médio da referida escola. Para alcançar tal objetivo, foi necessário estabelecer alguns momentos para a realização da pesquisa. Deste modo, no primeiro momento, foi realizada uma investigação sobre o processo de institucionalização do professor de Filosofia no cenário da educação brasileira. No segundo momento, fizemos uma reflexão crítica sobre o ensino de filosofia nas séries do Ensino Médio, analisando problemas, dilemas e impasses em relação à formação docente a partir da perspectiva de observação da prática docente dos professores da escola em que realizamos a pesquisa; buscando nessa prática docente os elementos da didática, da metodologia e da compreensão da natureza do conceito de filosofia. Por último, foi estabelecida a relação entre o perfil da formação docente dos professores que ministram a disciplina de filosofia na escola escolhida com intuito de verificar as consequências dessa relação na aprendizagem dos conteúdos filosóficos ensinados em sala de aula. Dessa forma, para efetivar o objetivo geral, foi realizada tanto uma pesquisa bibliográfica, como também um estudo de caso acerca dessa relação mediante a observação da prática docente dos três professores de filosofia, utilizando um questionário e, também, a observação sistemática para coletar as informações sobre o objeto de pesquisa.

Palavras - Chave: Formação docente, qualidade de ensino, filosofia.

ABSTRACT

This paper aimed to investigate from a critical perspective the profile of the educational formation of the philosophy teachers who work in the Professor José Gonçalves de Queiroz state school in Sumé-PB with the purpose of establishing a relationship between the educational formation of these teachers and the quality of teaching philosophy in high school in that school. To achieve this goal it was necessary to establish a few moments for the research. Thus, firstly, an investigation of the institutionalization process of the philosophy professor in the Brazilian education scene was performed. Secondly, a critical reflection on the philosophy teaching in high school grades was made, analyzing problems, dilemmas and impasses in relation to educational formation from the observation perspective of teaching practice of teachers from school where we made the research, searching in this practice the elements of teaching, methodology and the understanding of the nature of the concept of philosophy. Finally, it was established the relationship between the educational formation profile of the teachers who teach the philosophy in the chosen school in order to verify the consequences of this relationship on the learning process of philosophical content taught in class. Therefore, to accomplish the overall goal it was realized a literature search, as well as a case study about this relationship by observing the teaching practice of the three philosophy teachers, using a questionnaire and systematic observation to collect informations about the object of study.

Key - Word: Educational formation, teaching quality, philosophia

LISTA DE SIGLAS

ANFOPE – Associação Nacional Pela Formação do Profissional da Educação

CEE – Conselho Estadual de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão

DSND – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAFI – Faculdade de Filosofia

LDB – Lei das Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

OSP – Organização Social e Política do Brasil

PCNS – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USAID – United States Agency for International Development

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 01: FRENTE DA E.E.E.I.E.F.MÉDIO PROFESSOR JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ.....	52
FOTO 02: ÁREA INTERNA DA ESCOLA.....	53
FOTO 03: AULA REGENCIAL DE ESTAGIO SUPERVISIOSADO	69
FOTO 04: AULA REGENCIAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	71

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	54
QUADRO 02	55
QUADRO 03	55
QUADRO 04	56
QUADRO 05	57
QUADRO 06	57
QUADRO 07	58
QUADRO 08	58
QUADRO 09	59

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. FUNDAMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS TEÓRICOS QUE ALICERÇAM A DISCUSSÃO E A REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE, O ENSINO, A METODOLOGIA E A DIDÁTICA NA ÁREA DE FILOSOFIA	17
2.1 - A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE FILOSOFIA E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DO ENSINO: DISCUSSÃO A PARTIR DO CENÁRIO DA REALIDADE BRASILEIRA	17
2.1.1 - BREVE HISTÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL	18
2.1.2 – A PROBLEMATIZAÇÃO DOS ASPECTOS PRÁTICOS E TEÓRICOS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO BRASILEIRO ...	24
2.2 - UMA BREVE DISCUSÃO SOBRE O CONCEITO DE FORMAÇÃO DOCENTE	27
2.2.1 - FORMAÇÃO DOCENTE DE FILOSOFIA NAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	29
2.2.2 – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FILOSOFIA NO NORDESTE ..	31
2.2.3 – REFLEXÕES SOBRE A NATUREZA DA FORMAÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR DE FILOSOFIA	34
2.3 - DISCUSSÃO HISTÓRICA E CRÍTICA SOBRE O AFASTAMENTO E A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA FILOSOFIA EM CARÁTER OBRIGATÓRIO NO CONTEXTO DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E DIDÁTICAS DO ENSINO DE FILOSOFIA.....	37
2.3.1 - CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E CRÍTICAS SOBRE A INSERÇÃO DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O CARÁTER DO SEU ENSINO	40
2.4 - DIDÁTICA E METODOLOGIA NO ENSINO DE FILOSOFIA.....	43
2.5 - UMA DISCUSSÃO SOBRE OS ATUAIS DESAFIOS DO ENSINO DA FILOSOFIA	47
2.6 - RELAÇÕES ENTRE O ENSINO DA FILOSOFIA E A FORMAÇÃO DOCENTE	49
3. APRESENTAÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	52
3.1 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	52
3.2- UNIVERSO DO ESTUDO	54
3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS.....	59
4. ANÁLISE E RESULTADO DOS DADOS DA PESQUISA	63
.4.1. ANÁLISE SOBRE A ESCOLHA DA ESCOLA INVESTIGADA.....	68
4.2 ANÁLISE E RESULTADOS DAS INQUIETAÇÕES.....	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71

REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO	76

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo, fazer uma investigação crítica sobre o perfil da formação docente do professor de Filosofia dentro do cenário problemático da educação, como também, observar a relação deste professor com a qualidade de ensino dos conteúdos filosóficos levando em consideração a seguinte hipótese: As práticas pedagógicas dos professores que ensinam a disciplina de Filosofia estariam ou não alicerçadas a uma metodologia e uma didática de natureza filosófica que possam possibilitar um ensino da disciplina de qualidade para o Ensino Médio? Essa hipótese é decorrente do problema formulado mediante as leituras de pensadores que tratam do tema da formação docente da área de filosofia, como também das experiências vivenciadas durante o percurso acadêmico do Curso de Educação do Campo. Dessa forma, a pergunta que norteou todas as fases da investigação e explanação de resultados deste trabalho acadêmico foi a seguinte: A formação do professor que leciona a disciplina Filosofia influencia diretamente na qualidade do ensino da disciplina no contexto da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz da cidade de Sumé-PB?

A questão norteadora da pesquisa, foi decorrente da escolha do tema e de sua delimitação motivada por inúmeras situações vivenciadas cotidianamente nas escolas públicas do Cariri Paraibano mediante os projetos de formação docente e estágios realizados nessas escolas, nas quais é muito comum observar que o professor de uma determinada disciplina ocupa o lugar de outra sem possuir uma formação na área específica, nesse caso, ocorrendo uma substituição de um profissional por outro sem levar em consideração sua formação acadêmica.

Esse fato desencadeou uma curiosidade acadêmica que só poderia ser compreendida e explicada através de uma pesquisa que analisasse criticamente o porquê de tais situações ocorrerem, como também de observar as suas consequências para a qualidade de ensino em relação às disciplinas que estavam sendo ministradas, dentro da situação em que se substituiu um profissional por outro, não levando em consideração sua qualificação profissional. Mediante o desencadeamento dessa curiosidade, se tornou motivante elaborar um processo investigativo que possibilitasse conhecer, entender e explicar as causas e as consequências da ação dentro de uma escola enquanto espaço formativo, de colocarem professor não habilitado em uma disciplina para lecionar outra determinada disciplina sem possuir formação acadêmica em sua área específica. Essa situação foi observada em praticamente todas as disciplinas, porém, foi feita a escolha da pesquisa direcionada para a disciplina de Filosofia,

pelo fato de ser uma disciplina que voltou a atuar novamente nos currículos educacionais brasileiros há pouco tempo. Além disso, também existe o fato da disciplina ter uma carga horária reduzida em relação às demais, apesar de ser uma disciplina fundamental para o desenvolvimento do pensamento e da reflexão humana.

Para que a pesquisa fosse realizada, percebeu-se que era também necessário fazer uma escolha por uma determinada escola já que, em outros momentos acadêmicos, como ficou ressaltado inicialmente, ocorreu o contato com outros espaços escolares. Dessa forma, a escolha da escola que foi determinada para ser investigada e analisada, sofreu uma influência direta do projeto PIBID DIVERSIDADE e dos Estágios III e IV que foram realizados em duas escolas: o primeiro, na Escola Agrotécnica Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz, de Ensino Fundamental, e o segundo, realizado na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz, localizada na cidade de Sumé-PB, Ensino Médio. Nessa última, foram realizadas as regências de estágio supervisionado direcionada a docência no Curso de Educação do Campo pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. A escolha pela segunda escola se deu por inúmeros fatores, a fim de torná-la universo de um estudo de caso. Por exemplo, pelo fato da escola ser considerada renomada, devido a sua localização no Cariri Paraibano, por possuir um significativo número de alunos, por acolher muitos projetos de formação à docência tomando, por exemplo, o PIBID DIVERSIDADE e o PIBID DE SOCIOLOGIA da UFCG. Além disso, pelo fato de acolher os estágios supervisionados direcionados para a docência dos dois cursos de licenciatura do Campus de Sumé da UFCG, a saber, do Estágio IV do Curso de Educação do Campo e do Curso de Ciências Sociais.

Dessa forma, para resolver o problema acima citado, foi necessário construir e alcançar o objetivo geral da pesquisa que consistiu em fazer uma investigação de cunho crítico sobre o perfil da formação docente dos professores de Filosofia que atuam na escola estadual Professor José Gonçalves de Queiroz da cidade Sumé-PB, com a intenção de estabelecer uma relação entre essa formação docente com a qualidade de ensino da disciplina de Filosofia no Ensino Médio. Para alcançar essa meta, o trabalho foi sistematicamente organizado da seguinte maneira:

a) Na primeira seção, há um estudo bibliográfico em torno das teorias que alicerçaram os elementos teóricos que compõem a discussão, a problematização e a reflexão histórica sobre a formação docente dos professores de Filosofia fazendo, inicialmente, uma breve análise do processo histórico da institucionalização da formação docente no Brasil e também da formação docente de Filosofia, alicerçada nas discussões teóricas Matos (2013); Ribeiro (2011) Tanuri (2000) e Saviani (2011 e 2009); em relação à problematização sobre a

dimensão prática e teórica da formação de professores no contexto brasileiro, analisamos segundo o viés de Matos (2009 e 2013). Quanto ao conceito de formação, foram chamados os interlocutores: André (2010) e Cerletti (2009); para discutir a formação docente do professor de Filosofia nas instituições de Ensino Superior, foi erguida uma discussão crítica e reflexiva com Filho (1999); a temática sobre a formação filosófica nas instituições do Nordeste teve como referencial teórico Loureiro (2008). Já o tópico referente ao tema: a natureza da formação do professor de Filosofia foi articulada a discussão com Cerletti (2009) e Rodrigo (2009). Para tratar da discussão histórica e política do afastamento da disciplina de Filosofia dos espaços formativos nos alicerçamos em Silveira (2009) e sobre a sua inserção novamente no cenário da educação brasileira utilizou-se da teoria de Alves (2009). Outro fator abordado foi a problematização da didática e da metodologia no ensino e para isso, buscou-se apoio teórico em Lídia (2009) e Gallo (2012); quanto à investigação sobre os atuais desafios do ensino de Filosofia no contexto da educação brasileira nos fundamentamos no pensamento crítico de Severino (2009) e, por último, nessa seção, foi apresentado o tema da relação entre o ensino da Filosofia e a formação docente apoiada no pensamento da educadora e filósofa Tomazetti (2001);

b) A segunda sessão descreve o processo metodológico de toda a pesquisa. Inicialmente, apresenta a caracterização da pesquisa, com a localização do espaço formativo onde ela foi realizada. Em seguida, descreve o universo da mesma, fazendo uma caracterização da escola e dos professores que lecionam a disciplina de Filosofia no Ensino Médio. Logo após, foi apresentado todo o roteiro. Os procedimentos e o instrumento da pesquisa fundamentam em Mezzaroba; Monteiro (2013); Gonçalves (2005), Cajueiro (2013), Cervo, Bervian e Silva (2007) e Marconi e Lakatos (2007).

c) Por fim, na terceira seção desse trabalho monográfico, é apresentada a análise dos resultados da pesquisa, fundamentados tanto nas teorias quanto nos resultados da aplicação da técnica de coleta de dados, através do questionário que foi aplicado aos professores que ministram a disciplina supracitada. Nessa seção, foi possível apresentar criticamente a relação entre o perfil da formação docente dos professores que ensinam a disciplina de Filosofia na escola, como também a sua relação com a qualidade do ensino da disciplina, apontando os problemas relacionados à didática, a metodologia e a concepção de Filosofia dos docentes.

2. FUNDAMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS TEÓRICOS QUE ALICERÇAM A DISCUSSÃO E A REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE, O ENSINO, A METODOLOGIA E A DIDÁTICA NA ÁREA DE FILOSOFIA

2.1 - A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE FILOSOFIA E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DO ENSINO. : discussão a partir do cenário da realidade brasileira

Nesta parte do trabalho, serão discutidos os seguintes temas: a formação docente do professor de Filosofia e a sua relação com ensino da disciplina; a metodologia e a didática enquanto elementos relevantes no processo ensino aprendizagem no contexto do espaço formativo que é a sala de aula. Elementos estes que deram suporte para problematizar a relação entre o perfil formativo do professor que ensina a disciplina de Filosofia, como também a qualidade de ensino no que diz respeito à compreensão dos conteúdos filosóficos pelos alunos que fazem parte do Ensino Médio nas séries: primeira, segunda e terceira da Escola Estadual professor José Gonçalves de Queiroz na cidade de Sumé-PB.

Para tratar do tema-problema proposto nesse trabalho, o qual possui um foco investigativo e crítico ao analisar o perfil da formação do professor que leciona a disciplina de Filosofia na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz da cidade de Sumé-PB, com a finalidade de estabelecer a relação desse perfil acadêmico com a qualidade de ensino da disciplina no que diz respeito a todo processo ensino- aprendizagem no Ensino Médio nas turmas do 1º, 2º e 3º, se fez necessário iniciar a investigação a partir do aprofundamento do tema da formação docente do professor de Filosofia no âmbito da realidade brasileira. Para atingir esse intento, percebeu-se a relevância no primeiro momento da pesquisa, da averiguação de como no interior do processo histórico da educação no Brasil surgiu a discussão e, logo após, a institucionalização da formação docente no cenário brasileiro.

Torna-se pertinente esclarecer que a discussão e, posteriormente, a institucionalização da formação docente no Brasil ocorreu no ano de 1960, segundo Matos (2013), a partir de posturas reivindicatórias dos professores que atuavam no sistema de ensino brasileiro. Essas reivindicações foram decorrentes da falta de institucionalização da formação docente no Brasil antes dos anos de 1960, que criou práticas de ensino desvinculadas da realidade brasileira por estarem alicerçadas em manuais e materiais condizentes com a cultura europeia.

A formação do professor se institucionalizou no Brasil nos anos de 1960, em cursos específicos universitários, isso acontecendo no afã de se substituir médicos, engenheiros, advogados e professores improvisados. Os professores recém-formados, então, projetaram se libertar dos manuais e enciclopédias vindo de alémar e reclamaram programas e materiais adequados às necessidades nacionais. Foi um momento de adaptação e de elaboração de currículos novos, em atenção ao nosso contexto cultural (MATOS, 2013, p. 31).

Na citação acima, o autor enfatiza que o exercício da docência no Brasil, antes de 1960, era efetivado por médicos, advogados e professores improvisados, o que nos leva a pensar que os estudantes de licenciaturas eram prejudicados porque não havia nenhum professor licenciado em sua especificidade atuando em sala de aula. Ou seja, isso significa dizer que se pode levantar a tese que os estudantes que assistiam aula de uma determinada disciplina, a exemplo de Filosofia, com um professor especializado e formado na área, poderiam ter mais facilidade de obter um aprendizado coerente e consistente com a própria natureza da Filosofia, que daqueles que assistiam aula com médicos, advogados ou quaisquer outros profissionais que não eram da área. Nesse sentido, pode-se estender esse raciocínio para qualquer outra licenciatura.

É importante compreender como se deu o processo histórico de institucionalização da formação de professor no Brasil e, para se entender esse processo, é pertinente discutir e analisar o contexto histórico dessa institucionalização, a fim de visualizar como, no interior desse processo, se constituiu a formação docente na área de Filosofia, buscando entender seus avanços, suas limitações e seus impasses e, deste modo, obter os elementos necessários para estabelecer a relação dessa formação, com a qualidade do ensino de Filosofia no Ensino Médio na escola escolhida para a pesquisa. Com a pretensão de atingir esse objetivo, será apresentada no próximo tópico uma breve história da educação brasileira em consonância com todo o processo histórico de institucionalização da profissão docente no contexto da realidade brasileira.

2.1.1 - BREVE HISTÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL

O período histórico do processo de formação de professores e organização escolar no Brasil teve início no período da colônia após o ano de 1548, logo depois da instalação das capitâneas hereditárias nos litorais do Brasil. De início, surgiram dificuldades nas instalações e adaptações ao local até então desconhecido e, para dirimir essas dificuldades, foi criado

formalmente o cargo de um representante do poder público colonial como o intuito de dar responsabilidade a este, para resolver problemas referentes às capitanias e as colônias, além disso, este representante tinha a missão de dar continuidade ao processo de colonização.

O período acima ressaltado foi demarcado pela chegada dos portugueses em terras brasileiras trazendo com eles indivíduos que possuíam culturas diversificadas e bastante distintas da dos povos que aqui habitavam na época. Deste modo, estes novos costumes foram sendo introduzidos. Vale salientar que, de maneira forçada, à cultura indígena! Ribeiro (2011) salienta que Tomé de Souza, um dos mais importantes colonizadores que aportou no Brasil, veio para as terras brasileiras com uma tropa composta por quatro padres jesuítas e dois irmãos numa expedição chefiada por Manoel da Nóbrega no ano de 1549, e tinham como objetivo catequizar e colonizar uma população de índios que habitavam o local. É interessante ressaltar que os filhos dos colonos também deveriam participar desse processo de catequização e colonização, pois os padres jesuítas eram os únicos educadores desse período histórico e, certamente, tinham em mente que precisariam de mão de obra para ajudá-los nesse processo de catequização e colonização. É nesse contexto histórico que podemos observar como a Organização Escolar na época do Brasil Colonial era baseada nas políticas educacionais trazidas pelos colonizadores portugueses:

Ao analisar-se o primeiro plano educacional elaborado pelo padre Manoel da Nóbrega, percebe-se a intenção de catequizar e instruir os indígenas, como determinava os regimentos, nota-se também, a necessidade de incluir os filhos dos colonos, uma vez que naquele instante, eram os jesuítas os únicos educadores de profissão que contavam com o significativo apoio real na colônia (RIBEIRO, 2011, p.10).

A educação no período colonial tinha como objetivo a obtenção de lucros e riquezas nas terras brasileiras, porém, para que esse objetivo fosse alcançado, eles necessitavam que a população colonial fosse instruída a partir de novos costumes e culturas, como também toda a população indígena. Essa última, para que fosse totalmente catequizada, necessitava que os filhos dos colonos fossem também educados para futuramente dar continuidade a esse processo de aculturação e exploração da população indígena, no intuito de obtenção de lucros e riquezas, pois os responsáveis pela educação colonial, os jesuítas, eram poucos para atingir tal objetivo.

Para que a colonização e o ensino na colônia atingissem os interesses acima ressaltados, foi traçado um plano de estudo bem distinto do que se conhece atualmente. Um exemplo claro é a introdução do ensino religioso trazido pelos jesuítas a fim de tornar os

índios adeptos ao catolicismo. A educação religiosa atualmente não é adotada nos currículos, pois faz parte de um contexto bem diferente, já que o Estado é laico, diferente da época colonial que era religioso e, assim obrigatório, imposto aos índios como a finalidade de atender interesses econômicos da colônia portuguesa. Nesse plano de ensino também foi incluída a Língua Portuguesa e assim o Português se tornaria a língua padrão na época, tendo-se em vista um melhor entendimento entre os habitantes, e facilitando à busca por interesses econômicos e políticos almejados pelo povo português. Também fez parte desse plano, segundo Ribeiro (2011), a escrita e a leitura para que os colonos compreendessem e observassem se os índios estavam se adaptando e aprendendo o que lhes era ensinado. Por último, foram incluídas as aulas de cantos instrumentais e musicais.

Outro dado interessante para ser ressaltado, é que no espaço educativo constituído pelos jesuítas existiam dois modelos de educação: uma voltada para a perpetuação da cultura européia, a qual era destinada exclusivamente aos filhos dos nobres portugueses; o outro modelo, completamente diferente do primeiro, tinha como objetivo catequizar e colonizar o índio, o qual serviria para ajudar na exploração de terras. Sendo assim, para que esse objetivo fosse atingido seria necessário que o índio absorvesse via processo educativo, as crenças, costumes e valores trazidos pelo povo colonizador, ou seja, os portugueses. Isso implica dizer que, os índios tinham uma educação profissional para o trabalho manual que eles iam exercer, e essa educação era obtida através do convívio entre colonizadores e índios, pois recebiam a teoria e já a praticavam. Já a educação feminina, que era separada da masculina, se limitava apenas a aprender boas maneiras e costumes e aos trabalhos domésticos, diferente da elite, que a maioria era especializada para profissões intelectuais seguindo sempre um modelo religioso, ocorrendo dessa forma, o engessamento intelectual da elite colonial: “O importante a ressaltar é que a formação intelectual oferecida pelos jesuítas, e, portanto, a instrução da elite colonial, será marcada por uma intensa “rigidez” na maneira de pensar e, conseqüentemente, de interpretar a realidade” (RIBEIRO, 2011, p.13).

Ribeiro (2011) mostra que o planejamento educacional dos jesuítas foi bem pensado e estabelecido para introduzir a religião na mente de seus alunos, tornando-os assim adeptos ao catolicismo. Com esse mesmo intuito a ideia era que, aos poucos, com bons preparos educacionais, a atenção fosse voltada para a formação de professores, para que eles dessem continuidade ao processo de colonização, porque até então eles chegaram em número pequeno para dar conta desse processo temporal alongado de formação fundamental. O tempo de formação fundamental de valores europeus durou em torno de uns 30 anos, para isso, existia

uma seleção rigorosa de controle em que eram escolhidos os livros para que trouxessem questões referentes aos professores e, em especial, as disciplinas de Filosofia e Teologia.

O cunho religioso era um dos propósitos mais relevantes no ato de colonização, pois, essa prática exigia que os jesuítas utilizassem um conteúdo literário focado no estudo da humanização, procurando métodos que aproximassem mais intelectuais da sua religião. A partir disso, surge uma espécie de política colonial, uma vez que a elite colonial se adequou a esse processo formativo.

Porém, essa companhia de Jesus, assim como ainda é chamada, a primeira escola dos jesuítas, que tanto ajudou os portugueses, chegou a ser expulsa da Colônia em 1759. Algumas das razões que levaram à expulsão da companhia de Jesus pelos nobres portugueses foram os seguintes fatos: a companhia era detentora de uma forte economia de terras, bens preciosos e deveriam ser devolvidos ao governo e, além disso, ela estaria educando a serviço da ordem religiosa e não para os interesses econômicos e políticos dos colonizadores do país. Para que essa visão educacional atingisse o seu fim, foi proposta a formação do nobre com intuito de que ele viesse a ter interesse e dedicação, além de também se aprimorar quanto ao conhecimento da língua portuguesa, o que, na verdade, não vinha ocorrendo. Isso acarretou, em 28 de junho de 1759, na criação de um Alvará para o cargo de diretor geral dos estudos. É relevante ressaltar que, quem quer que fosse detentor desse cargo ficaria encarregado de examinar e prestar contas sobre tudo referente ao professor e a educação colonial. Desta forma então, nasce o chamado ensino público, dessa vez financiada pelo Estado e com fins lucrativos para o próprio Estado e não mais para Igreja.

Então, depois desses fatos acima ressaltados, o ensino secundário foi transformado em curso, com aulas normais, com disciplinas de latim, grego, filosofia e retórica, o que era considerado importante para ser ensinado. No decorrer dos anos, por volta de 1807, tropas Francesas invadiram o país de Portugal, obrigando assim a família e a corte real a se mudar para o Brasil.

A vinda da família real para o Brasil proporcionou uma mudança significativa em seu contexto e cenário intelectual, novas medidas em cursos, tais como: em 13 de maio de 1808 foi fundada a Biblioteca Pública, foi criado o jardim Botânico em 1810; em 1818 o Museu Nacional e, em 1808, já circulava pelas ruas cariocas o primeiro jornal *Gazeta do Rio*. Tal inserção intelectual como pode observar, foram introduzidas no Brasil com a chegada da corte colonial. Ribeiro (2011) salienta que a origem da estrutura do ensino imperial era composta por três níveis. Podemos dizer que esses níveis eram subdivididos em primário e secundário. O primário era constituído por uma instrumentalização técnica, era onde o educando

desenvolvia a leitura e a escrita e tinha uma importância significativa devido ao grande número de pessoas que frequentassem. Já o secundário era organizado e composto por aulas regidas na quantidade de umas vinte cadeiras de gramática latina. Em Recife, além dessas cadeiras, continha também matemática superior, já em Paracatu-MG, integraram-se no currículo acadêmico as disciplinas de Retórica e Filosofia.

As instituições instaladas no Brasil eram poucas, o país necessitava de mais institutos educacionais, então, a partir disso foi detectado que;

As primeiras escolas normais – de Niterói, Bahia, São Paulo, Pernambuco, entre outras–foram destinadas exclusivamente aos elementos do sexo masculino, simplesmente excluindo-se as mulheres ou prevendo-se a futura criação de escolas normais femininas (TANURI, 2000, p.66).

Com base em tal sustentação, o Brasil, além de ter poucas escolas, possuía um ensino limitado e restrito aos homens, o que implica dizer que as mulheres só passaram a frequentar as escolas no final do período imperial. Então, no decorrer dos anos, dos acontecimentos no país, que deixou de ser Império e passou a ser República, com mudanças de governos e governantes, o ensino acadêmico começou a se expandir ganhando maiores proporções, tanto que, em 1935, por exemplo, foi criada a Universidade do Distrito Federal conhecida como Faculdade de Educação. Nesse período histórico em que se encontrava o Brasil, aconteceram junções entre escolas de professores e faculdades, como, por exemplo, o Instituto de São Paulo, em 1934, que ficou responsável pela formação pedagógica de diversos cursos, entre eles: Filosofia, Ciências e Letras. Porém, foi através da Lei 5.692/72 que foi definido e adotado o currículo de formação pedagógica dos professores no Brasil, inicialmente introduzido no Distrito Federal e em São Paulo e, seis anos depois, em 1940, nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Sergipe, Mato Grosso, Pernambuco, Paraíba, Paraná, Rio De Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

A partir dessa breve análise histórica sobre o processo de contextualização da institucionalização da profissão docente no Brasil, é pertinente, nesse momento da pesquisa, apresentar considerações referentes à formação pedagógica na atualidade. A partir daí, surgiram preocupações referentes à formação pedagógica, essas preocupações eram baseadas na bibliografia que as bibliotecas continham e nas metodologias e recursos didáticos adotados. Deste modo, sempre houve essa inquietação referente ao processo de formação pedagógica! São constatados então problemas, dificuldades e necessidades, algumas até já citadas, outras desde sua implantação que ainda necessitam ser analisadas e discutidas, a exemplo da carente

prática de discussão sobre a qualidade da formação docente em todos os seus aspectos de fundamentos teóricos e pedagógicos oferecidos pelas instituições acadêmicas, pois elas próprias deveriam se conscientizar dessa carência e assim, propor que os próprios profissionais da área de educação discutam e reflitam como vem se dando tal processo e como o profissional que passa por esse percurso pratica o que adquire em sua formação, não fomentam um espaço contínuo e crítica para tal discussão.

O resultado nos coloca diante do seguinte dilema: as novas diretrizes curriculares nacionais dos Cursos de Formação de Professores são, ao mesmo tempo, extremamente restritas e demasiadamente extensivas. Muito restritas no essencial e assaz excessivas no acessório. A restrição diz respeito àquilo que configura a pedagogia como um campo teórico prático dotado de um acúmulo de conhecimentos e experiências resultantes de séculos de história (SAVIANI, 2011, p.12).

Dentre dilemas e resoluções referentes às diretrizes curriculares nacionais dos cursos de licenciatura, são encontrados novos caminhos e paradigmas nos contextos educacionais e, é partir desse contexto que nasce uma multiplicidade de conceitos, envolvendo contextualizações, ética, democratização, diversidade, política, religião e etc. Diante disso, o profissional tem que possuir a capacidade de se adaptar a essas mudanças, com os pressupostos e restrições que o seu trabalho proporciona. É preciso não ser só competente, mas, além disso, possuir habilidades dentro do processo operacional da formação pedagógica para que, dessa forma, sejam superados seus limites e, também, possa se fazer uma parceria com seu ambiente e assim, surgir uma afetividade que lhe dê subsídios para que ocorra um bom trabalho.

É de suma importância que o professor possua competências significativas para que ele possa dar conta dos desafios pedagógicos atualmente, pois são muitas barreiras e obstáculos que deverão ser enfrentados diante da jornada de formação pedagógica até a sua inserção em sala de aula. Há também uma burocratização nas formações de cursos que acarreta deixar mais e mais difícil a sua carreira e sua formação profissional. Desta forma, além de tudo, o professor necessita mostrar seu real valor, para que assim sua identidade profissional se torne reconhecida. Também é fundamental que dois aspectos sejam considerados fundantes na profissão do educador: a) o tempo de trabalho, pois deveriam ser levadas em consideração as horas e a quantidade de aulas semanais que ele executa e, principalmente, b) o valor salarial que lhe é pago por esse determinado tempo de trabalho.

Crê-se que discutir medidas e providências referentes às questões que aqui foram citadas seja pertinente para serem analisadas tendo em vista uma melhoria na educação

brasileira atual por tratar-se de assegurar condições adequadas de trabalho para os professores, condições essas que são pouco discutidas nos âmbitos educacionais. Então, é preciso estabelecer uma ligação, elaborar propostas com as entidades e órgãos educacionais do país, para que assim, com a contribuição de uma infraestrutura financeira, possamos levar a docência ao seu reconhecimento justo, elevando-a ao nível que esta realmente merece e bem distinto do que é visto no atual contexto da sociedade brasileira. A partir das análises históricas realizadas até esse momento da pesquisa, de forma breve, relacionadas ao processo da institucionalização histórica da profissão docente, torna-se necessário questionar de forma crítica sobre os aspectos históricos com seus respectivos impasses e dilemas no contexto brasileiro. Esse será o tema discutido no próximo ponto do texto.

2.1.2 – A PROBLEMATIZAÇÃO DOS ASPECTOS PRÁTICOS E TEÓRICOS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Tratar de forma problematizadora os aspectos histórico e teórico da formação docente no contexto da cultura educacional brasileira, após uma breve contextualização histórica de como foi construída a institucionalização da formação docente no país, requer uma averiguação crítica sobre os impasses e as limitações que fizeram parte do contexto de constituição dos espaços formativos e das suas respectivas características. Assim:

A primeira instituição com o nome de Escola Normal foi proposta pela convenção, em 1794 e instalada em Paris em 1795. Já a partir desse momento se introduziu a distinção entre Escola Normal Superior para formar professores de nível secundário e Escola Normal simplesmente, também chamada Escola Normal Primária, para preparar os professores do ensino primário (SAVIANNI, 2009, p.143).

É perceptível a preocupação e a necessidade de uma formação para a docência e da carência de escolas desde a era colonial, como já foi visto anteriormente, o que se entende é que só foi iniciada essa preocupação referente aos espaços formativos no território francês. Segundo Saviani (2009), nos anos de 1890, uma entidade educacional paulistana se tornou o marco inicial no Brasil, deste modo, houve uma série de instituições que aderiram à introdução de institutos educacionais em todo país. Essas instituições tinham como objetivo a preparação de professores para atuarem em escolas. Outro ponto enfatizado por Saviani (2009) é sobre o currículo dessas escolas, pois ele era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeira letra. O que implica dizer que os professores que fossem

preparados para tal função teriam que adquirir um conhecimento didático pedagógico, porque os conteúdos seriam repassados para as séries iniciais, ou seja, para as crianças.

No decorrer dos anos, se viu a necessidade de fomentar mudanças nas instituições de ensino com o intuito de melhoria na qualidade da formação docente:

A reforma foi marcada por dois vetores: enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e ênfase nos exercícios práticos de ensino, cuja marca característica foram a criação da escola-modelo anexa à Escola Normal – na verdade a principal inovação da reforma (SAVIANI, 2009, p.145).

Constata-se então que a reforma deu outro padrão e outras características para as escolas, a intenção era que, a partir dessa reforma, a escola passasse a se tornar referência mediante a criação de um cronograma de disciplinas que lhe foi instaurado para suprir as necessidades desde as séries infantis, com matérias referentes aos estudos da vida e da sociedade.

A partir daí ocorreu à implantação dos cursos de pedagogia e de licenciaturas por volta de 1939 e, com essa implantação, o nível das escolas normais foram elevados e tornaram-se assim, posteriormente, ensino universitário. Com a implementação do ensino universitário, mediante a transformação das escolas normais em universidades, se percebeu que a pretensão era focalizar na formação profissional do docente, para isso, foi pensando um currículo composto por disciplinas que eram exigidas pelos alunos.

O que foi levado à sala de aula então nos cursos de pedagogia, eram assuntos sobre situações culturais vividas e sentidas pelos alunos que frequentavam o curso daquela época, isso quer dizer que, a didática que lhes era transmitida, era alicerçada em comparações e situações cotidianas para que esse modelo de ensino servisse como método de eficácia para melhoria da qualidade do ensino docente.

Com base no que foi salientado até o momento, o Brasil passou a adotar novos modelos de formações de professores com o intuito de melhorar a qualidade do ensino que era oferecido nos cursos de formação docente baseando-se em modelo pedagógico- didático de outros países:

No Brasil o modelo pedagógico didático conseguiu abrir espaços no nível de organização dos currículos formativos tornando-se, pela via legal e também por iniciativas autônomas de algumas universidades que ampliam os requisitos legais, um componente obrigatório na formação dos professores secundários (SAVIANI, 2009, p.150).

Apesar de o Brasil sofrer grande influência dos modelos de formação dos Estados Unidos, modelo este em que os conteúdos culturais cognitivos prevaleciam fazendo com que

não houvesse preocupação com o preparo pedagógico- didático, em torno dessa discussão, são detectados inúmeros problemas sobre o processo de formação de professores, dentre eles, o que se focaliza em discutir o problema da formação docente só nos modelos de currículos postos em uma licenciatura, pois tal ênfase não resolve questões bastante abrangentes no contexto educacional.

Para que ocorra uma formação profissional de professores de qualidade, apesar de inúmeras dificuldades e problemas já ressaltados, é necessário que algumas medidas sejam tomadas e realizadas diante da estrutura organizacional referida, isso implica dizer que, as reais necessidades e carências sejam levadas em consideração pelo corpo docente das instituições de ensino superior, que são os espaços formativos da carreira docente, com a finalidade de rever o que falta, de tomar conhecimento dos problemas que afetam tais formações e, assim, buscar adaptar e conseguir uma melhoria significativa para tal processo. Também merece ser ressaltado que o processo de formação de professores é um processo pedagógico, dessa forma, nesse processo, o professor terá que desenvolver habilidades, conhecimentos e técnicas sobre a disciplina que lecionará, ele também deverá adquirir conhecimento aprofundado sobre o assunto que abordará em sala de aula com mais clareza, sistematização, metodologia e coerência. Esses procedimentos bem desenvolvidos pelos docentes darão suporte acadêmico e segurança aos educandos, pois possibilitarão o aprimoramento da prática pedagógica, que resultará num planejamento de aula que atenderá as necessidades acadêmicas dos alunos. Daí a importância que é dada a formação inicial proporcionada pelos espaços institucionalizados de ensino. A formação inicial, portanto, é:

A preparação profissional construída pela agência formadora. É aquela formação que ira habilitar o profissional para seu ingresso na profissão e devera garantir um preparo específico, com um corpo de conhecimento que permita ao profissional o domínio do trabalho pedagógico (MATOS APUD, ANFOPE 2013, p. 39).

É preciso possuir subsídios para uma boa dominação sobre o trabalho pedagógico. É fundamental que o professor esteja atendo, que conheça bem sua turma para poder traçar um plano de trabalho que atenda as necessidades dos alunos e, deste modo, encontrar uma maneira clara e eficaz que facilite a compreensão destes. Além disso, é necessário instigar os alunos para que eles despertem sua curiosidade sobre o que está sendo desenvolvido em sala de aula.

Fica claro, portanto, que não se pode adentrar no tema educação e não pensar em formação pedagógica e prática pedagógica com qualidade, além do mais, é de suma importância entender que a qualidade do ensino dos docentes está intrinsecamente relacionada

com a sua qualificação profissional. Matos (2013) trabalha a ideia de que formar professores implica formar cidadãos críticos e comprometidos com a sociedade e a justiça social.

Diante de tal posicionamento do autor, como também da discussão tecida até o momento, constata-se a imensa responsabilidade que os espaços formativos têm em oferecer um processo de formação pedagógica qualitativa para os futuros docentes, pois essa formação de qualidade implica na formação do homem e da mulher dentro da sociedade, e é através de tal processo que surgem as contribuições para que o meio social e o meio acadêmico possam ser desenvolvidos. É importante ter em mente que esse processo formativo influencia na configuração dos espaços políticos e sociais. É preciso ter consciência da realidade em que se encontram as licenciaturas nas instituições de ensino superior no Brasil, alguns fatores como condições favoráveis para o trabalho docente, piso salarial justo dentre outros aspectos devem ser levados em consideração de maneira que haja uma reflexão crítica sobre esse processo de formação pedagógica.

Na atual conjuntura, os cursos de formação de professores vivem uma situação particularmente difícil. Critica-se a qualidade da maioria desses cursos, alegasse que não há uma demanda para eles, porque não há mercado, fala-se dos salários baixos e das precárias condições de trabalho, como se este fosse obra de um acaso (MATOS, 2013, p.40).

Além do que já foi constatado em torno da discussão e, com base nas palavras do autor, percebe-se a imensa carência que a formação de professores detém, pois estes se deparam com inúmeras dificuldades que os cercam desde o seu ingresso ao curso superior até a sua chegada ao mercado de trabalho. Sendo assim, ao analisar a formação inicial e todo seu processo, é de suma importância que aspectos como esses sejam levantados, analisados e criticados com a intenção do aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e políticas que ocorrem nos espaços institucionalizados para promover a formação docente e, também que, nas próximas formações, os processos sejam mais adequados às necessidades formativas do professor no que tange tanto a sua vida pessoal, quanto a sua vida acadêmica e profissional.

Com a intenção de dar continuidade a discussão sobre formação docente, compreende-se, nessa parte da pesquisa, que é preciso enveredar pela apresentação do conceito de formação docente.

2.2 - UMA BREVE DISCUSÃO SOBRE O CONCEITO DE FORMAÇÃO DOCENTE

Discutir sobre o sentido do conceito de formação docente é relevante para que se tenha em mente que tal processo formativo se trata de um processo humano em que, a partir dele, a personalidade do docente ganhará um estímulo e passará a torná-lo apto a desenvoltura e a criticidade reflexiva, referente às organizações educacionais e sociais. É interessante dar ênfase na problematização sobre esta formação, salientando a ideia de que é um processo em que o formando adquire experiências de aprendizagens que resultarão em uma compreensão sobre todos os aspectos peculiares que formam os espaços escolares, assim: “O processo de constituição da identidade profissional deve ser, portanto, um dos componentes da proposta curricular que dará origem aos cursos, atividades e experiência de desenvolvimento profissional e pessoal do docente” (ANDRE, 2010, p.176).

Dessa maneira, o referido autor determina que formação docente é o processo responsável para que o professor desenvolva habilidades e desenvolturas inerentes a sua prática docente, essas habilidades e desenvolturas teriam que ser vistas como um processo de desenvolvimento de ações que objetivam o docente a uma retomada de conhecimentos específicos diante de sua área de trabalho, dando assim suporte a sua prática formativa e continuidade na atualização e busca de conhecimentos novos para serem aplicados visando o melhoramento do processo educativo de seus alunos.

Assim, a formação docente busca no sujeito em formação, que ele desenvolva e realize uma autorreflexão de sua prática como forma de aperfeiçoar ou superar dificuldades e atender as necessidades em sua maneira de estar e agir no âmbito da docência. Diante de toda argumentação sobre o processo histórico da institucionalização da formação docente, como também, sobre a problemática dos elementos que compõem os aspectos práticos e teóricos que tratam da formação docente no âmbito da realidade brasileira e da apresentação conceitual do termo formação docente, a discussão dessa forma, tem os elementos necessários para debater, no próximo ponto do texto, sobre os contornos da formação docente do professor de Filosofia nas instituições de ensino superior no Brasil.

Pode-se dizer então que o professor, em especial o de Filosofia, não se forma apenas quando adquire alguns conteúdos filosóficos ou pedagógicos e fica apto e habilitado a exercer a prática docente. O processo de formação é um processo contínuo e, a partir do momento em que esse profissional entra em sala de aula, ele dá continuidade a tal processo se tornando aluno. Então, aprende em seu próprio ambiente de trabalho, teorias, ações, valores educativos

e outros requisitos que servem de elementos reguladores para condução de uma futura prática.

Dessa maneira:

Não é possível cifrar todas as expectativas da formação docente no momento inicial (no que seriam as matérias específicas da licenciatura), mas deve se pensar também nos momentos anteriores – no trajeto de estudante – e posteriormente, ou seja, naqueles em que se faz efetiva a profissionalização de professores e professoras (CERLETTI, 2009, p.57).

Nesse sentido, torna-se relevante enfatizar que o processo de formação docente é um trajeto no qual o profissional perpassa por várias etapas formativas, vários requisitos referentes à sua profissionalização, desde suas primeiras experiências até seus momentos atuais. Deste modo, a formação docente concebe-se como um dispositivo pedagógico capaz de tornar o profissional um sujeito que produz saber e que realiza práticas reflexivas em sala de aula. Em virtude do que foi salientado sobre a atividade de formação docente, o que ocorre no caso da formação do professor de Filosofia especificamente, não é meramente um ato simples de assistir a algumas disciplinas filosóficas, mas sim corresponder a toda formação em seu conjunto.

Deste modo, a formação docente, em especial a formação docente em Filosofia, forma, com intuito de buscar basicamente alguém que esteja com condições de resolver problemas referentes à Filosofia em diversas situações. Portanto, o comprometimento do professor ou professora com os alunos através de suas práticas docentes é intrinsecamente importante, porque a partir desse momento a identidade do profissional e a do estudante são descobertas.

2.2.1 - FORMAÇÃO DOCENTE DE FILOSOFIA NAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A discussão tecida até o momento sobre o tema formação de professores necessita, nesse momento, adentrar sobre a formação de professores de Filosofia no Brasil, dando continuidade aos acontecimentos acadêmicos filosóficos, em que o marco inicial do ensino no país, como foi salientado, foi introduzido pelos jesuítas de Portugal. Em cada período, o Brasil mudava algo em seu contexto educacional. Seguindo essa linha de pensamento, Filho (1999) enfatiza que o primeiro curso de Filosofia no Brasil tenha sido escrito pelo Padre Antônio Vieira no ano de 1629.

Em razão disso, ratifica-se a influência da religião na fomentação dos espaços formativos e na natureza de criação dos cursos superiores, como já tratado no início desse trabalho, já que a filosofia foi introduzida na educação na era colonial por um padre. Por volta

de 1787, com a criação da Universidade de Vila Rica, o curso de Filosofia foi introduzido no seu currículo.

No decorrer dos anos e acontecimentos, o Brasil tenta aumentar seu padrão Universitário com novas instalações educacionais e, em todas as províncias; no ginásio e nos currículos, o ensino de Filosofia torna-se obrigatório. Filho (1999) relata que somente em 1838 foi instituída a disciplina de Filosofia e Retórica, e o primeiro a lecioná-la foi Joaquim Caetano da Silva:

Nas províncias do Império, encontramos a filosofia incluída obrigatoriamente incluída nos currículos dos liceus e dos ginásios de nível secundário desde as primeiras décadas do século XIX, mesmo anteriormente a fundação do C. Dom Pedro II. Sem maiores rigores de cronologia, é fácil apontar o ensino de filosofia em 1831 em São Paulo e Ceará, 1836 na Bahia, 1837 no Pernambuco e em Minas Gerais, no Maranhão em 1947, no Rio Grande do Norte em 1851 e no Rio Grande do Sul (FILHO, 1999, p.8).

O referido autor explana, de forma sucinta, sobre a inserção da disciplina de filosofia nos currículos dos institutos educacionais no Brasil e seu respectivo ano de instauração, diante disso, imagina-se que, nessa época, o país era regido pela política ortodoxa e dominante e, deste modo, podemos observar que faltava certa autonomia diante dos conteúdos filosóficos que cada instituição apresentava.

Diante de alguns impasses e reformas ocorridas no Brasil, fatos até já discutidos anteriormente neste trabalho, no ano de 1890, a disciplina de Filosofia não aparece mais no currículo do ensino normal devido à reforma de instrução no Estado de São Paulo, sendo reintroduzida nos currículos apenas em 18 de março de 1915. De acordo com Filho (1999), isso ocorreu diante do decreto de n. 11.535. Posteriormente, algumas reformulações foram acontecendo e o ensino de Filosofia passou a ganhar mais relevância no cenário educacional brasileiro.

Por fim, diante da lei de n. 452, em 5 de julho de 1937, modificou-se no Rio de Janeiro a denominação da Universidade do Rio de Janeiro, se tornando então Universidade do Brasil, incluindo também a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência. Ainda no ano de 1937, houve o surgimento, no Distrito Federal, do ensino acadêmico de Filosofia. O intuito dos responsáveis por introduzir esses cursos de Filosofia no Brasil era o de preparar trabalhadores intelectuais, sujeitos a serem inseridos no magistério do ensino secundário e normal e, também, formar pesquisadores para dominar assuntos de natureza social, cultural, econômica e política. Adiante observaremos então como se deu esse processo formativo no âmbito do Nordeste.

2.2.2 – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FILOSOFIA NO NORDESTE

Como pudemos observar, um breve resumo foi realizado até então sobre o processo de formação pedagógica de professores no Brasil, desde sua introdução no país até o levantamento de aspectos e problemas suscitados até aqui. Aprofundando então a discussão e, partindo inicialmente agora para a região Nordeste, entende-se então que a Filosofia surge nos currículos escolares junto com a Sociologia, atualmente, com uma carga horária bem reduzida se fizermos uma comparação com a carga horária das demais disciplinas. Daí então, emerge o problema inicial que é o tempo de aula trabalhado em sala de aula. Enfim, vários foram e ainda são os problemas dentro do campo de formação da graduação de Filosofia no Nordeste. O primeiro Estado nordestino que implantou a referida disciplina foi o Ceará, nos anos 40 e 50 do século passado, o intuito dessa implantação era que o Estado cearense subsidiasse pesquisas no curso de Filosofia, já que na região encontrava-se uma escassez no âmbito da pesquisa filosófica. Gradualmente, ao decorrer dos tempos, foi aumentando as instituições de ensino de Filosofia na Região Nordeste, atingindo o total de 23 cursos que, segundo Loureiro (2008), eram distribuídos da seguinte maneira: 02 em Alagoas, 05 na Bahia, 04 no Ceará, 02 no Maranhão, 02 na Paraíba, 05 no Pernambuco, 01 no Rio Grande do Norte, 01 no Piauí, 01 em Sergipe. Dessas 23, 04 ofereciam o Bacharelado, 06 o Bacharelado e a Licenciatura e 13 somente a licenciatura.

Pelo fato de ter sido os jesuítas, como já se discutiu em tópicos anteriores, que implantaram os institutos educacionais no Nordeste, estes sofriam influências religiosas, principalmente, da vertente católica. Então, diante disso, um fato interessante se configurou e é pertinente destacá-lo, trata-se da ênfase dada à história da Filosofia em todas as disciplinas que fazem parte de seu currículo:

A ênfase da história da filosofia está entrada em quase todas as disciplinas. Disciplinas como ética, lógica, epistemologia, estética são abordadas através de sua história, a abordagem curricular é historiográfica, o que nos leva a questionar se os cursos ao invés de formar o filósofo não estariam formando o historiador de filosofia (LOUREIRO, 2008, p.14).

Percebe-se, a partir das palavras do autor, que os cursos de Filosofia, nos seus primórdios, formavam os futuros docentes estritamente pelo véis da história da Filosofia. Nessa trajetória histórica, entende-se que boa parte da grade curricular da história da Filosofia era do âmbito das outras disciplinas de filosofia, tais como: ética, lógica, epistemologia e estética que poderiam ser apresentadas e discutidas. Diante de tal situação, compreende-se

que os professores repassariam conteúdos e ideias de autores, conceitos que estariam contidos nos livros trabalhados nas instituições, o que implica dizer que a postura desse tipo de formação já se reflete na própria construção de sua identidade como professor que, na realidade, faz o exercício de transmissão, ausentando-se do pensar crítico e reflexivo das articulações e conceitos entre disciplinas de cunho pedagógico e filosófico.

Diante de tal levantamento, compreende-se então que os cursos de Filosofia no Nordeste tomavam por base curricular disciplinas e créditos que revelassem a concepção filosófica de cada profissional que atuaria na área, ou seja, alguns professores durante o processo formativo identificavam-se com disciplinas ou autores e, deste modo, davam continuidade as suas ideias e pensamentos. Formação, como já foi mencionada, pressupõe um processo de humanização, de caráter e de integração ao meio social, então, o que era oferecido nos cursos de formação nas instituições da Região Nordeste era a distribuição de um conjunto de saberes para assim montar uma categoria profissional. Foi pensado e estabelecido que a duração do curso fosse de quatro anos letivos, organizando-se em semestres com créditos segundo as normas de cada instituição.

A FAFI - Faculdade de Filosofia surge na Paraíba no ano de 1964 após a Constituição Estadual, os primeiros professores eram na maioria padres, bispos e desembargadores, carregavam em mente a tarefa de formar um quadro docente de trabalhadores intelectuais e torná-los aptos ao magistério da carreira docente filosófica. A faculdade, além das sessões de Filosofia, era agregada aos cursos de Pedagogia, Ciências e Letras clássicas. Diante do decreto de número 36.627/64, foi autorizado o curso de Filosofia na Faculdade de Filosofia da Paraíba e surgiu, de acordo com Loureiro (2008), a partir do Decreto-lei de número 1190 de 4 de abril de 1939, o curso teria duração de três anos letivos.

Assim também como a resolução de número 20/70 estabelecia que o curso na sua estrutura curricular contesse disciplinas complementares com tempo de 1.365 horas, 480 horas obrigatórias e 365 horas de disciplinas optativas, porém não havia no currículo disciplinas pré-requisitas, esse currículo é referente ao curso de Licenciatura Plena em Filosofia.

Já no Bacharelado, a distribuição era bem distinta: a disciplina de lógica tinha 120 horas, a de história da filosofia 360 horas, problemas metafísicos 180 horas, 120 horas para ética, 120 horas para disciplina de teoria do conhecimento, 120 horas para Filosofia da ciência, Dissertação em Filosofia tinha 150 horas e uma língua estrangeira a mais, Psicologia e Sociologia com duas disciplinas científicas que seriam Problemas Brasileiros e Educação Física por obrigação. Na grade das optativas eram 120 horas para Estética e Filosofia da arte e

60 horas para Evolução do pensamento Filosófico e Científico, completando assim toda carga horária do curso de Bacharel em Filosofia da Universidade da Paraíba.

Defende-se que haja um equilíbrio entre uma formação que possa proporcionar, ao mesmo tempo, uma visão mais geral da filosofia, no entanto, esquecer-se da necessidade de aprofundamento, para isso é necessário que haja uma articulação entre a abordagem histórica e a temática das disciplinas (LOUREIRO, 2008, p. 90).

Nota-se então que, no curso de formação de Filosofia da Universidade da Paraíba, havia uma preocupação em focar as habilidades que seriam desenvolvidas pelos alunos sobre um aprofundamento da parte dos professores para assim alcançar uma autonomia do pensamento intelectual dos educandos. Então, o professor nesse momento era responsável por desempenhar, através de seus métodos, esse processo de descoberta do sujeito.

Deste modo, além de professor, o profissional para atender a essas demandas era condicionado a ser também pesquisador, para condicionar aos alunos pesquisas filosóficas, no sentido de guia para assim orientá-los durante a fase de Ensino Médio e também consultor formador para análises de órgãos e entidades educacionais dentro a sociedade e também empresas públicas e privadas para se basear em seu âmbito de formação pessoal.

Nesta breve observação sobre o perfil e as funções que os professores da Faculdade de Filosofia da Paraíba exerciam além do que eram determinados a fazer, compreende-se que estes profissionais eram incentivados a desenvolver capacidades e competências referentes aos aspectos citados. Em outras palavras, eles tinham o dever de desenvolver a capacidade da consciência crítica dos alunos mediante à realidade social, histórica e política. Diante desses fatores e demandas que estavam contidos no Projeto Político Pedagógico da Faculdade, depois da resolução da CONSEPE 07/92, Loureiro (2009) leva em consideração que seriam necessárias reformulações curriculares para seguir numa nova estruturação curricular.

No referido curso também existia a obrigatoriedade de conteúdos relativos à metodologia da ciência, pesquisa aplicada e seminários relativos à Educação Ambiental, aos Direitos Humanos e a Educação Especial.

Apresentamos um breve resumo sobre a instauração da Faculdade de Filosofia na Paraíba e sobre os currículos dos cursos de Bacharel e Licenciatura Plena de Filosofia e, diante desse processo, fica claro que o professor que é responsável pelo saber, nunca podendo deixar de ser pesquisador e inovador em suas práticas metodológicas atreladas a uma formação acadêmica que interligue teoria e prática. No próximo tópico, será tratada a natureza da formação filosófica.

2.2.3 – REFLEXÕES SOBRE A NATUREZA DA FORMAÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR DE FILOSOFIA

No decorrer dos levantamentos históricos até então mencionados, questionou-se muito sobre a formação pedagógica do professor, qualidades de ensino, criações de instituições de ensino e cursos de filosofia. Entende-se que seria importante focar na questão sobre o ensino de Filosofia em questões relevantes, como por exemplo, em que consiste a natureza da formação docente do professor de Filosofia?

Com base em tal introdução, concebe-se que ensinar Filosofia seria uma atividade ou prática comum referente a qualquer outra disciplina, porém, neste caso, foi levada em consideração a ideia de que a Filosofia difere, por ter como foco a independência do sujeito, autonomia de pensamento e a habilidade de criticidade e de problematização sobre o meio social, dentre outros aspectos. Assim, aprender Filosofia é conhecer a sua própria história, é possuir aptidões argumentativas sobre uma realidade vivida ou apresentada:

Em qualquer situação de ensino de filosofia, o que emerge sempre, quer se queira ou não torna evidente, é o contato que com ela mantém quem assume a função de ensinar. Um curso de filosofia poderá situar-se na filosofia ou desenvolver-se sobre a filosofia (CERLETTI, 2009, p.18).

Em outras palavras, Cerletti (2009) deixa claro que o professor de Filosofia deve ter o cumprimento do não abandono ao contato com a natureza da disciplina que irá lecionar, além de manter-se atualizado no meio filosófico. É possível assim reconhecer que existem diferentes modos de enfrentar o ensino filosófico e a formação docente. Uma forma delas remete ao comprometimento do professor com a disciplina e suas inovações metodológicas, a outra se trata das estratégias didáticas já conhecidas, tais como: leituras de textos, estudos dirigidos, exposições, seminários e etc. Contudo, é preciso que haja uma intervenção filosófica da parte do professor através de textos ou temas tradicionais, mas sempre os tendo como ponto de constituição de problemas filosóficos.

O aluno, ao se deparar com todo esse processo, possuirá noções e habilidades intelectuais para entender problemas existentes, realidades e compreensões por ele atingidas, suas concepções e opiniões ganharão importância, seus valores e decisões terão mais coesão e ele se tornará apto a desenvolver dilemas fundantes em detrimento ao que for por ele analisado.

A natureza da formação docente de filosofia consiste em tornar o ser humano autônomo, além de ser um processo duradouro e delicado, porque a autonomia nunca é dada ou conseguida por méritos simples, ela é fruto de um trabalho cuidadoso, construído passo a passo com as reais habilidades que o professor irá possibilitar para seu desenvolvimento. O mestre sempre será esse intermediário que traduzirá seu saber especializado e levará aos sujeitos aprendizes, por meio da mediação, para o processo de aprendizagem que deverá possibilitar a fomentação de problemas de natureza filosófica.

Neste caso, dominar o saber filosófico é essencial e imprescindível diante do processo de ensino-aprendizagem. Através de suas didáticas educacionais, o professor articula o saber de uma disciplina com seu aluno. Diante do âmbito educacional e da convivência, ele possuirá facilidade para desenvolver um trabalho claro que atenda as necessidades e os ensejos dos alunos.

Contudo, não é uma tarefa fácil despertar no aluno o interesse pela Filosofia, a não ser que este tenha em mente o desejo de ingressar na profissão e, futuramente, adentrar no mercado de trabalho. Deste modo:

O desinteresse pelas aulas de filosofia deriva, em boa parte da falta de compreensão de conteúdos ou do fato de que, muitas vezes, o estudante não consegue encontrar significação nesses conhecimentos. O professor pode ter certa cota de responsabilidade nisso, se os procedimentos de ensino que ele adota contribuem para alimentar o desinteresse e a indiferença (RODRIGO, 2009, p.37).

Com sustentação no levantamento da autora, a didática trabalhada e oferecida pelo professor em sala de aula é um importante instrumento de motivação e desenvolvimento de agrado para despertar interesse, pois conteúdos não conhecidos e mal distribuídos teoricamente também possuem grande influência quanto ao processo de desencantamento pela Filosofia. Portanto, para que o interesse sobre o saber filosófico seja despertado é importante desenvolver estratégias didáticas capazes de relacionar culturas, histórias e experiências vivenciadas pelos alunos que estão inseridos nas escolas.

Essa ponte de relacionamento entre os problemas perpassados pelos seus educandos e os conteúdos filosóficos é o suporte para a desenvoltura do aluno, porque além de enfrentar o desafio, carências e dificuldades na disciplina de Filosofia, ele ainda é detentor de uma bagagem de problemas sociais. Para isso, o aluno tem também que recorrer aos métodos e conteúdos extras, caso o professor não seja capaz de possuir determinadas habilidades referentes à transmissão do conhecimento filosófico através de uma didática específica, isso quer dizer que, alguns alunos são prejudicados porque em muitas instituições constatam-se

carências de professores formados em sua área e que possuam habilidades filosóficas, isso é um caso que vem se generalizando no meio educacional, ocorrendo assim uma má aprendizagem filosófica por parte dos alunos.

Também é discutida com parcimônia tal preocupação, o porquê da maioria das instituições adotarem manuais de comportamentos, procedimentos e conteúdos filosóficos, o que deixa o profissional não formado na área de Filosofia pensar que está pronto para atuar em sala de aula. Esses manuais, em sua maioria, trazem praticamente informações curtas e básicas e sua abordagem também é interpretada bem diferente do que um profissional habilitado iria interpretar. Diante disso, teme-se que sempre existirá um problema entre quem ensina, diante de uma formação desqualificada, e quem aprende.

Um fator que nutre o que foi salientado até o momento diante da atividade filosófica, é o teor de argumentação por parte do docente mal preparado e mal formado em Filosofia, a argumentação determina até que ponto é considerado sóbrio e verdadeiro o que é dito ou ensinado e, obviamente um profissional que não é formado na área não possui tal poder, deste modo:

A aprendizagem de procedimentos argumentativos contribui apenas para desenvolver a capacidade de organização, lógica e raciocínio, mas também para fundamentar os próprios pontos de vista, convencer o outro sobre a verdade ou justiça daquilo que se defende, refutar ideias ou responder a objeções, reconhecer e considerar o ponto de vista do interlocutor, enfim, tudo aquilo que é relevante para o exercício de uma cidadania democrática responsável (RODRIGO, 2009, p.65).

Sendo assim, o objetivo da argumentação é desenvolver todos esses pontos dentro do campo filosófico e, que isso somente ocorra mediante tanto a didáticas quanto a metodologias filosóficas, ferramentas de transmissão de conhecimentos em sala de aula, ou seja, são as que possibilitam o verdadeiro aprendizado filosófico. Entretanto, se o professor não possuir tais habilidades, conseqüentemente não terá condições de atribuir o empoderamento argumentativo diante dos assuntos filosóficos apresentados em sala de aula. A partir desses argumentos se torna necessário, dar continuidade às reflexões e arguições sobre o tema proposto nesse trabalho acadêmico, discutir sobre o ensino de Filosofia e sua inserção no Ensino Médio no contexto da realidade brasileira, para posteriormente articular a discussão da formação docente e a qualidade de ensino, mais especificadamente o ensino de Filosofia, com as análises da pesquisa de campo sobre a formação docente dos professores da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz e a sua relação com a qualidade de ensino no decorrer do processo ensino-aprendizagem da disciplina supracitada.

2.3 - DISCUSSÃO HISTÓRICA E CRÍTICA SOBRE O AFASTAMENTO E A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA FILOSOFIA EM CARÁTER OBRIGATÓRIO NO CONTEXTO DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E DIDÁTICAS DO ENSINO DE FILOSOFIA

Para seguir pelo viés histórico e crítico acerca do afastamento e a inserção da disciplina Filosofia a partir do seu caráter histórico, é imprescindível inicialmente, discutir a temática no contexto do regime civil-militar pós-1964, pois, durante o período pós-1964, os governantes tinham em mente que a disciplina de Filosofia que estava contida nos currículos de Ensino Médio era detentora de aspectos críticos, contestadores e muito subversivos.

Esse olhar crítico, subversivo e contestador direcionado à disciplina de Filosofia revelaram posturas políticas que foram defendidas na época, ao considerá-la ameaçadora, desta forma, esse olhar manifestou o contexto que o Brasil se encontrava, um contexto repressivo, opressor e castrador da formação de um pensamento crítico, autônomo, justamente por ter promovido o afastamento da disciplina Filosofia do contexto do Ensino Médio, de acordo com a reforma da Lei 5.629/71. Nesse sentido, visavam-se então medidas e mudanças transformadoras para o sistema de ensino brasileiro, uma delas foi referente à segurança e desenvolvimento do país, que ocasionou a formulação da chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND):

Essa interdependência se expressava no binômio, “segurança e desenvolvimento” lançado por Castelo Branco em seu discurso de abertura do ano letivo da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1967 e adotado como lema pelos governos militares que o sucederam (SILVEIRA, 2009, p.55).

As palavras de Silveira (2009) remetem a ideia da segurança adotada pelo governante Castelo Branco, essa prática resultaria em segurança e desenvolvimento e, seria supostamente seguido pelos próximos governantes que ocupariam um dia seu lugar. A partir desse momento, a DSND passou a impregnar um Estado de Segurança Nacional - ESN de modelo totalitário no Brasil. No contexto histórico em que se encontrava o Brasil, se entende que seu teor era de um país socialista em que todo cidadão era visto como revolucionário, ou em outras palavras, um “inimigo interno.” Dessa maneira, a DSND pregava uma segurança de neutralização referente aos aspectos econômicos, psicossociais ou militares. Esse movimento se espalhou pelo país, as faculdades de Filosofia de algumas cidades como a USP em São Paulo, UFRJ no Rio de Janeiro e UFRGS no Rio Grande do Sul foram invadidas por tropas

militares. Para a DSND, esses institutos filosóficos representavam uma espécie de ameaça devido à disciplina ser humanística. Foi uma época de repressão, de cassação, prisões de professores e alunos que apresentavam resistência. Diante de tais fatos apresentados, a ESN contestou que não havia motivo de manter a disciplina no currículo do Ensino Médio, porque se imaginava que era, diante daquele cenário de opressão, que iriam sair os futuros professores de Filosofia.

Tendo em vista toda essa movimentação que a DSND provocou no país, a educação também foi afetada, pois o intuito era adequar o Brasil a um sistema de ensino que suprisse as necessidades de um modelo político e econômico alicerçado no modelo neoliberal. Então, a partir desse instante, o MEC, juntamente com outras entidades educacionais, adotaram medidas de reorganizações para o sistema educacional brasileiro. Tais medidas eram fornecidas pela (USAID) United States Agency for International Development, entidade advinda dos Estados Unidos da América. De acordo Silveira (2009), os aspectos que a referida entidade se preocupava eram, em resumo, com: os conteúdos e os métodos de ensino que as mudanças educacionais iriam propor aos currículos. Percebe-se então, diante do embasamento do autor, a preocupação com a formação do sujeito na sociedade, como sua consciência social iria desenvolver um pensamento crítico diante da situação que o Brasil se encontrava e que, por isso, os métodos de ensino que seriam adotados nas salas de aula durante esse período deveriam favorecer as metas educacionais e políticas que a DSND queriam que fossem alcançadas no contexto da educação brasileira.

Outro aspecto relevante, pensado pela USAID, referente ao sistema educacional brasileiro, foi segundo Silveira (2009), interferir nas instituições de ensino a fim de conferir-lhes uma função mais eficaz para o desenvolvimento econômico. Em outras palavras, a referida eficácia citada pelo autor teria que atender a segurança e ao desenvolvimento, como o próprio nome da entidade já condiz. Assim, era preciso uma segurança mediante a interlocução das ideologias e preceitos da DSND e, também, uma forma de habilitar profissionais para atender a demanda de desenvolvimento no mercado de trabalho. Finalizando os objetivos da referida entidade Americana USAID, teria relevância então, segundo Silveira (2009), a formação do espírito cívico e da consciência social diante dos ideais de desenvolvimentos pacíficos. Com base no posicionamento do autor e com o que já foi mencionado até então sobre as preocupações e mudanças do sistema educacional de ensino, o país necessitava formar indivíduos com habilidades referentes ao desenvolvimento econômico sem que fosse prejudicado diante de seu andamento. A USAID fixava suas metas

referentes ao aumento da produtividade escolar e a formação do sujeito consciente e intelectual.

Através desse vínculo entre a USAID e o MEC e as medidas tomadas por aqui já citadas, a Lei de 5.692/1971 determinou uma reforma do ensino nos 1º e 2º Graus. Assim:

Quanto ao currículo, ficou dividido em duas partes: uma de “educação geral” e outra de “formação especial”. A primeira corresponde a parte de conhecimentos básicos e predomina no ensino de 1º grau, no qual a formação especial equivalia a sondagem de aptidões a iniciação para o trabalho. A formação especial predominava no 2º grau e visava à profissionalização em nível médio (SILVEIRA, 2009, p.69).

Essa reformulação de lei, segundo as palavras do referido autor, teria como objetivo compreender os conhecimentos obrigatórios em torno do território nacional. Quanto à formação especial por ele citada, entendia-se que era composta por matérias com habilitação profissional à filosofia que, nesse instante, no Estado de São Paulo, estava inserida nos currículos como disciplina facultativa diante da resolução da CEE 36/196. Castelo Branco, general no ano de 1966, impôs que o ensino de educação cívica fosse estimulado em todo país, com intuito de continuar a alimentar os hábitos e as ideias militares, sua finalidade seria que esta disciplina promovesse a preservação do espírito religioso, o amor à liberdade, o fortalecimento dos valores espirituais e éticos e a nacionalidade.

Portanto, a inserção de disciplinas como Educação Moral e Cívica e OSPB, Organização Social e Política do Brasil, que se tornaram obrigatórias nos currículos de Ensino Médio no Brasil durante o período Civil-Militar pós 1964, causou um drástico resultado diante das cargas horárias das demais disciplinas, além de uma redução, houve agrupamento, como, por exemplo, de História e Geografia, que foram atribuídas à área de Estudos Sociais. Isso implica dizer que, essa drástica redução de carga horária em disciplinas reduzidas a um componente deu início ao surgimento de complicações referentes à formação dos professores em todas as áreas do conhecimento e, de forma preponderante, a de Filosofia.

Deste modo, após observarmos as razões apresentadas em relação ao afastamento da Filosofia nos currículos do país e os objetivos expostos até o presente momento da pesquisa, se torna pertinente dizer que, o sistema de educação ficou com grande carência no âmbito da Filosofia e, dessa forma, seria preciso fomentar as condições necessárias para a formação acadêmica de profissionais qualificados na área que atendessem a demanda do modelo econômico, mediante a sua profissionalização, necessitando, desta forma, de pessoas que soubessem administrar os conhecimentos filosóficos. Diante do exposto, será apresentado o

contexto histórico em que a Filosofia, enquanto disciplina, mediante uma luta política, volta a ser inserida no contexto da educação brasileira.

2.3.1 - CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E CRÍTICAS SOBRE A INSERÇÃO DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O CARÁTER DO SEU ENSINO

A disciplina Filosofia, durante o decorrer da história, sofreu reformulações, impasses e determinações, além de algumas conquistas e metas alcançadas que ainda estão em discussão e análise, e uma dessas grandes conquistas foi a sua inserção nos currículos educacionais nas instituições de ensino brasileiro, como discorre Alves (2009) nas suas argumentações sobre aprovação desta inserção no Ensino Médio, em 7 de julho de 2006, data em que o CNE - Conselho Nacional de Educação aprovou a exigência da Filosofia nos currículos do Ensino Médio. Com base nas palavras do autor, e com entendimento sobre as suas argumentações sobre o processo de institucionalização do ensino de Filosofia no país, torna-se perceptível as mudanças significativas ocorridas durante cada período histórico que o Brasil passou e os seus impactos educacionais sofridos sem a disciplina durante o período que ela não estava inserida; a saber, durante o período militar, como foi apresentado no tópico anterior desse trabalho. A volta da referida disciplina para o Ensino Médio ocasionou o surgimento de preocupações e necessidades mediante a problematização relacionada aos conhecimentos de Filosofia que deveriam fazer parte dos currículos, e, conteúdos que deveriam ser selecionados e que perfil de ser humano que a Filosofia enquanto disciplina tinha pretensão de formar. “O problema era saber de que tipo de “domínio” se tratava e quais ‘conhecimentos ‘específicos de filosofia e de sociologia, mais exatamente, ele envolvia. Ainda: porque estes eram “necessários”? Para o exercício de qual “cidadania”?” (ALVES, 2009, p.36).

O entendimento fundamental sobre a disciplina Filosofia era, justamente, saber que propósito seu ensino teria e qual influência exerceria para a formação da cidadania. A partir disso, criticavam-se então os domínios e habilidades que os professores possuíam para lecionar Filosofia no Ensino Médio, só que as decisões de inclusão da disciplina Filosofia, como também a de Sociologia, eram realizadas por gestores. Acreditava-se assim que as disciplinas, Filosofia e Sociologia, eram responsáveis pelo processo de despertar nos jovens, alunos do Ensino Médio propriamente dito, interesses sobre política, cultura, economia e outras diversidades diante do âmbito em que tais alunos estivessem inseridos.

Em outras palavras, pode-se dizer que a disciplina de Filosofia, no momento em que estava inserida no currículo das entidades educacionais do país como disciplina obrigatória,

iria contribuir para melhores desenvolvimentos, habilidades e competências, para que os educandos que recebessem tal formação filosófica se tornassem sujeitos pensantes da realidade social na qual estavam inseridos. Após observarmos os levantamentos das análises em discussão até o momento referentes à inclusão da disciplina Filosofia no currículo do Ensino Médio, é importante dizer que, a asseguarção e a obrigatoriedade foi somente alcançada devido a lei de n. 11.683, de 2 de junho de 2008., lei esta que foi fruto de um processo exaustivo de luta já apresentado no decorrer da explanação do tema proposto nesse trabalho acadêmico.

A obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo das escolas de nível médio, é uma conquista histórica, é o resultado de aproximadamente trinta anos de luta por uma educação de qualidade e acessível a todos brasileiros (as), luta para a qual vem contribuindo muitos educadores, estudantes, filósofos e sociólogos (ALVES, 2009, p.42).

Com base nas palavras do autor, imagina-se então que a Filosofia como disciplina obrigatória iria contribuir para uma educação com mais qualidade intelectual, e que a introdução dessa disciplina advém de um processo de luta, um processo longo que perpassou por medidas e restrições por parte dos gestores educacionais diante do pensamento de introdução ou retirada dela dentro do currículo do Ensino Médio.

É compreensível então que a disciplina de Filosofia propriamente dita exerceria um papel fundamental no Ensino Médio após sua inserção, iria contribuir para avanços no pensamento do aluno que, ao terminar seus estudos, supostamente iria ingressar no Ensino Superior já tendo adquirido, durante o seu processo ensino-aprendizagem nas fases anteriores da sua formação, uma mentalidade filosófica e, portanto, crítica que lhe assegurasse um pensamento sóbrio sobre a realidade em que estava inserido. Dessa maneira, se pensava em como utilizar o ensino da Filosofia nos alunos que recebiam a educação filosófica que, apesar da conquista de introdução no currículo ter sido alcançada, ao mesmo tempo, tornava-se um desafio pensar o seu interesse dentro do Ensino Médio e quais espaços de pensamentos iriam ser fortalecidos.

Pode-se afirmar que, a relevância da luta e da conquista da disciplina de Filosofia para o currículo do Ensino Médio, se deu devido à participação e influência dos educadores em geral e de estudantes dos cursos de Filosofia, pois eles consolidaram a determinação e a obrigatoriedade da disciplina por meio de lutas nos espaços públicos. Em meio a esse processo, Alves (2009) comenta que historicamente a Filosofia terminou sendo oferecida como disciplina facultativa a partir de 1982-1984 no Estado de São Paulo. Diante disso, a problematização para inseri-la voltava para a estaca zero, levando os profissionais da

educação e da filosofia que faziam parte do movimento da inclusão da disciplina no Ensino Médio a uma revolta. Revolta essa que gerou ideias novas para que lideranças educacionais pensassem em novas estratégias de negociações e novas rearticulações para uma nova mobilização.

Essa mobilização, que resultou em busca de novas ideias e estratégias que gerassem o reingresso da disciplina de Filosofia nos currículos do Ensino Médio no Brasil, ganharam mais proporção e o movimento se intensificou em boa parte do país. Foram realizados eventos nos institutos educacionais a fim de conscientizar todos os estudantes e gestores quanto à importância da volta da obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio.

A região Sul do país foi pioneira nesse movimento, pois em 1999, por exemplo, no Rio Grande do Sul, foi organizado um fórum para discutir o ensino da matéria, este evento ganhou reconhecimento e proporção, tanto que até hoje a Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul realiza este mesmo fórum, evento nacionalmente conhecido. Esse fórum foi responsável por gerar interesses referentes à reintrodução da disciplina nos currículos. Assim, professores e outras entidades educacionais de outras regiões do Brasil se interessaram por essa ideia e resolveram se mobilizar também na tentativa de maior concretização sobre o assunto em questão. Dessa maneira, Alves (2009) enfatiza que, na região Sudeste, a iniciativa se deu através de um plano conveniado com o fórum que ocorreu na região Sul, com a finalidade de organizar e promover eventos sobre o ensino de Filosofia, da mesma maneira, ocorrendo na região Centro- Oeste.

É perceptível, desse modo, a preocupação dos professores sobre o referido assunto em questão. Sendo assim, o ponto fundamental se tratou das articulações feitas entre várias faculdades e vários professores que se mobilizaram promovendo eventos que transmitissem os fundamentos e ideias para que a matéria, novamente fosse integrada no currículo educacional mediante o contexto que o Brasil se encontrava.

A ideia de organização dos fóruns sobre o Ensino de Filosofia em âmbito nacional deve-se a percepção de que muitos dos problemas que afetam a situação da Filosofia no nível médio, como a acusação de que se trata de uma área de conhecimento inexpressiva ou inócua, seria fruto da desarticulação dos próprios professores que atuam na área de um certo descaso dos departamentos de filosofia, que se mantém distantes e impermeáveis à discussão dos problemas relacionados ao ensino de Filosofia (ALVES, 2009, p.48).

O fórum, além de abrir um leque de possibilidades para que outras instituições de ensino se espelhassem, com o intuito de promover outros eventos nos quais retratassem a importância do ensino de Filosofia, também desempenhou o papel inovador de levar a

discussão sobre a problemática de como ensiná-la, levantando questões referentes como: procedimentos metodológicos, recursos didáticos, formação de professor, livro didático e etc. A ideia dessas discussões e desses aspectos tinham como objetivo o aperfeiçoamento do ensinar e aprender Filosofia no Ensino Médio, já com a finalidade de suprir as carências existentes.

Desta forma, tornou-se oportuno levar a discussão sobre a inclusão da disciplina de Filosofia nos vestibulares, sendo assim, Alves (2009) relata que se discutia a ideia de criar uma associação nacional de ensino de Filosofia que reunisse e trouxesse mais força política para a área. Pretendia-se então, além do que foi salientado durante a pesquisa, analisar tanto a inclusão da disciplina, quanto a sua carga horária, não podendo se esquecer da questão de manuais e livros didáticos. Então, sobre toda a exposição histórica referente à retirada e a inserção da Filosofia no contexto da educação brasileira, são relevantes, nesse momento do trabalho, trazer à tona a discussão sobre a natureza do seu ensino, mediante a análise de dois temas importantes para o desenvolvimento deste debate: a dimensão metodológica e a didática do ensino de Filosofia, pois se trata ainda de um dos dilemas enfrentados no âmbito de todo processo formativo, como também no cotidiano da prática pedagógica do professor em sala aula.

2.4 - DIDÁTICA E METODOLOGIA NO ENSINO DE FILOSOFIA

A pesquisa apresentada até o momento está voltada para discussão sobre a formação docente, a história da retirada e a inserção da disciplina de Filosofia no Ensino Médio. Este último tópico, referente à volta da Filosofia para o ensino, se remete as problematizações das práticas metodológicas e didáticas que fazem parte tanto do processo de formação docente do professor de Filosofia, quanto da própria natureza do seu ensino. Sabe-se que a disciplina de Filosofia possui um caráter intelectual e de cunho reflexivo, além disso, seu processo de inserção no Ensino Médio foi contestado em alguns momentos da história da educação brasileira, por muitas vezes, diante deste e de outros impasses, foi também banalizado no contexto educacional, como já foi discutido anteriormente.

Desta forma, ao fazer uma análise da didática e metodologia da Filosofia, é considerável, realizar uma reflexão sobre uma educação que banaliza determinadas disciplinas, a exemplo da Filosofia, e da formação docente no contexto da educação brasileira. Essa banalização pode ser compreendida também de acordo com a perspectiva do desprestígio existente em relação à profissão docente. A análise didática recai na atuação do professor em

sala de aula, lugar onde ele é responsável por transmitir os conteúdos através de uma didática e de uma metodologia específica de acordo com a natureza da disciplina ministrada, no caso aqui estudado, de caráter filosófico, já que tratamos de Filosofia. Em referência a essa problematização, Tomazetti (2006, p.2) diz que “saber didática é, pois, ter desenvolvido uma teoria prática, uma inteligência pedagógica, saberes que permitem agir em situações”.

Tomazetti (2006) dá ênfase a importância da didática, ao que ela contribui e o que ela possibilita desenvolver, além disso, observa-se que as práticas que levem em consideração esta importância levarão a uma boa formação, pois as didáticas remetem a discussão sobre as origens dos conteúdos a ensinar. A desenvoltura no ato de ensinar contribui muito para que o professor esteja sempre atento à necessidade de se atualizar em relação às novas tecnologias que podem possibilitar uma melhor prática docente, além de ajudar a compreender que é imprescindível conhecer a turma que se trabalha, principalmente pelo fato da disciplina de Filosofia ser essencialmente crítica, e por, infelizmente, possuir um tempo bastante reduzido em sala de aula. Por isso, merece uma atenção especial em torno dos seus recursos didáticos e torna-se então um desafio para o professor driblar estas dificuldades; dessa forma, o profissional é impelido sempre ao desafio referente à dúvida sobre como ensinar os conteúdos filosóficos de forma eficiente e eficaz.

Do ponto de vista didático, o grande desafio reside em saber como ensinar ou tornar acessível um saber especializado para esse público mais vasto e menos qualificado. Responder a esse desafio não é uma tarefa simples, uma vez que implica rever certos aspectos de uma tradição filosófica que frequentemente enfatizou a distância entre a filosofia e o senso comum (RODRIGO, 2009, p.10).

Dessa maneira, as palavras da autora dão suporte à vivência da difícil tarefa de ensinar Filosofia no Ensino Médio devido às próprias características e aspectos do público jovem que frequenta estas séries. Então, a questão envolve a necessidade de examinar a relação existente entre a Filosofia e o homem, pois é necessário repensar a articulação que há entre a disciplina e o senso comum, por ser o âmbito em que se pode perceber e vivenciar todos os impasses dessas características e desses aspectos que fazem parte do universo do mundo jovem.

Assim, nas aulas de Filosofia, é sempre necessário que exista a exploração de conteúdos que busquem diagnosticar alguma problemática, de certa forma, esse exercício de exploração torna-se um treinamento para sua própria profissão. Dessa maneira, tendo acesso às problemáticas existentes, o professor se tornará apto a possuir uma perspectiva de conceitos sobre o mundo. Para isso, durante as aulas, é importante quebrar a visão sobre a aula tradicional, que é tão criticada por não passar de um simples espaço de transmissão e,

assim, se tornar reconhecida como espaço de produção de conhecimentos, no qual os alunos deixarão de ser meros espectadores e se tornarão criadores, inventores de saberes. Para isso, é preciso que os estudantes se aproximem e possuam um contato ativo com as diversidades filosóficas ao longo da história da Filosofia no seu espaço formativo filosófico que é a aula. Daí a importância de se discutir a implantação da Filosofia sobre a didática que possibilita o ensino filosófico com suas peculiaridades em termos de natureza.

Em relevância a tal percepção, é notório que o professor perpassa por etapas conceituais e que, a partir delas, desenvolva uma boa didática para ser trabalhada, pensando assim:

No que cerne ao trato com aulas de filosofia na educação média, penso que a pedagogia do conceito poderia estar articulada em torno de quatro momentos didáticos: uma etapa de *sensibilização*; uma etapa de *problematização*; uma etapa de *investigação* e finalmente uma etapa de *conceituação* (isto é, de criação ou recriação do conceito) (GALLO, 2012, p. 95).

O autor faz relevância e propõe que seja traçado um caminho para o desenvolvimento de uma didática de qualidade, assim, ele aponta para a sensibilização, tendo em vista que os estudantes sintam a problemática existente dentro do ensino de Filosofia e que, a partir de tal percepção, eles busquem recursos para suprir as necessidades detectadas. Sobre a problematização, é necessário que se identifique um problema através de um tema em questão, para assim promover discussão no intuito de analisar vários pontos de vistas. É importante também que exista a investigação para analisar elementos que busquem a compreensão da história da disciplina e por fim a conceituação com intuito de determinar problemáticas detectadas durante todo o percurso.

Pode-se levar em conta também que, dentro de tal percurso, ocorrem diversas dificuldades para seguir passo a passo o que o autor determinou fundamental para uma boa didática em sala de aula; para tanto, é sempre necessário à repetição constante em tais atos, a fim de conseguir aperfeiçoamento. A repetição é sempre uma medida que se toma para o melhoramento, assim, seria essencial que o professor repetisse suas metodologias e suas didáticas quando conseguisse ou atingisse resultados consideráveis e bons referentes aos seus conteúdos apresentados em sala de aula. Em relação a essa problematização Cerletti (2009, p.34) diz que: “[...] Um ensino de Filosofia é filosófico na medida em que aqueles saberes são revisados num contexto de uma aula. Isto é, quando se filosofa a partir deles ou com eles e não quando somente se os repete (histórica ou filologicamente)”.

Para Cerletti, a revisão de saberes implica em gerar um ensino filosófico consistente na medida em que o professor adota práticas didáticas e metodológicas a fim de despertar no

aluno o interesse pelos conteúdos trabalhados em sala de aula. Nessa perspectiva, o professor é o responsável por criar condições para que os próprios estudantes desenvolvam em si o poder de investigação sobre o saber. Portanto, em suas práticas metodológicas, o professor tem que ter cuidado pelo fato de ele ser detentor de uma transmissão de saberes que, não sendo transmitida com sucesso, acarreta em provocações de pensamentos por parte do aluno, gerando assim difusão de pensamento e de ideais.

Deste modo, se pode dizer que o professor é um profissional que precisa estar preparado para enfrentar todas essas dificuldades e desafios propostos por sua profissão, ele, durante o processo de formação, tem que adquirir todos os requisitos para possuir uma boa didática através de metodologias condizentes a seus conteúdos, didática esta que, neste caso, esteja sempre voltada para atender os alunos do Ensino Médio. Assim:

Na conjuntura posta pelo atual ensino médio, cabe ao professor ser o mediador entre a filosofia e os alunos iniciantes que não possuem ainda as qualificações requeridas para ter acesso a esse saber por conta própria, o que supõem que ele seja capaz de traduzir em termos simples um saber especializado (RODRIGO, 2009, p. 71).

A autora traz uma ideia de mediação na referida citação que é, na realidade, a natureza do papel que deverá ser assumido pelo professor de Filosofia no espaço formativo que é a sala de aula, papel este no qual encontrará dificuldades, pois há nesse processo de mediação, problemas, histórias e o educando. Essas dificuldades se referem às estratégias didáticas e metodológicas que professor de Filosofia deverá desenvolver com o intuito de habitar os educandos a pensar criativa e criticamente sobre a realidade em que se encontram. Nesse sentido, o professor precisa ter as ferramentas-chave que devem ser usadas para levar os estudantes a criar problemas de caráter filosófico e saber argumentá-los. Ainda nesse aspecto, o ideal é, portanto, que o professor de Filosofia pense que os recursos didáticos e metodológicos têm a função de levar os estudantes a se desprenderem e se tornarem autônomos enquanto sujeitos criadores de problemas filosóficos. Mas, para atingir esse objetivo, é necessário que o professor se disponha a fazer uma separação entre o ensino hierárquico e tradicional, daquele ensino que rompe com a hierarquia e a tradição, para isso, é preciso que busque novas possibilidades de mediação para levar seus educandos a um aprofundamento em relação ao mundo filosófico.

Sendo assim, seria interessante que o professor buscasse trabalhar mais com as técnicas de seminários, rodas de diálogos com interações, jogos teatrais, recursos cinematográficos, novas tecnologias dentre outros recursos que possibilitam uma

compreensão mais acessível quanto ao ensino de Filosofia e o filosofar. Assim, torna-se essencial que os educadores estejam abertos aos novos desafios do ensino como também para as novas iniciativas didáticas e metodológicas para que essa prática pedagógica seja mediata de forma qualitativa e criativa. O próximo ponto do texto será debater sobre esses novos desafios no contexto atual.

2.5 - UMA DISCUSSÃO SOBRE OS ATUAIS DESAFIOS DO ENSINO DA FILOSOFIA

Tratar sobre os desafios que o ensino da disciplina Filosofia perpassa no contexto atual é trazer à tona a discussão sobre a ideia de que a filosofia é responsável por uma formação humana do sujeito; formação até então já mencionada em alguns momentos em tópicos anteriores. Sua presença nos currículos é imprescindível para despertar no educando a maneira de libertar seu pensamento. Porém, como também foi apontado, o processo de banalização da educação brasileira, mediante os aspectos conhecidos no âmbito dos professores, tais como: carga horária excessiva de trabalho, baixa remuneração salarial, condições ambientais deprimentes, falta de incentivo à qualificação acadêmica, entre outros. Fatores como esses, desmotivam os profissionais da educação fazendo com que aconteça a baixa qualidade do ensino, pois:

Não cabe à educação escolar resolver todos os problemas da sociedade brasileira, nem mesmo da formação de pessoas. O que ela pode efetivamente fazer é contribuir, fazer um esforço para investir o máximo possível para essa formação, sem ter de responder por sua inteligência (SEVERINO, 2009, p.18).

O autor enfatiza o papel que a educação deve assumir que é justamente o de contribuir e possibilitar os caminhos para a formação humana e, com isso, criar as condições de se discutir os problemas sociais, pois, sozinha, não tem o poder de resolver todos os problemas sociais existentes, muito menos o de formação de pessoas. A sua função fundamental, portanto, é a de colaboração para que essa formação perpassasse por um longo caminho condizente com as apreensões e vivências dos próprios seres humanos até chegar a um amadurecimento próprio.

Um desafio constante não só para a educação, mas para o ensino de Filosofia, é saber como educar as novas gerações de jovens. Para isso, seria necessária a inclusão desses jovens no processo de desenvolvimento e formação, processo esse que somente é conquistado através de uma forma coletiva de trabalho em que, é importante inserir os jovens da atualidade no

âmbito de trabalho, com participação social e cultural para que seus mecanismos de exploração sejam ativados. Em outras palavras, pode-se dizer que não surge um processo de ensino-aprendizagem se não houver um processo de produção e construção do conhecimento.

Assim, Severino (2009) afirma que a formação filosófica é absolutamente necessária para que o adolescente possa dar conta do significado de sua existência histórica. Ou seja, a Filosofia assume uma responsabilidade de esclarecer um significado para o jovem enquanto humano como forma de contribuição, e, conseqüentemente, o professor de filosofia possui um grande compromisso! Entende-se então que a função da Filosofia é desempenhar a emancipação do pensamento humano, tornar o humano um ser autônomo de pensamento e visão crítica referente ao seu meio social e, portanto, formar ou capacitar um profissional. Sendo assim, observamos que, desde o início, o processo de introdução do ensino dessa disciplina no Brasil trata-se de um desafio.

As considerações tecidas até o momento remetem ao entendimento de que é um desafio constante educar filosoficamente os jovens atuais. Com base nisso, seria imprescindível que em todos os momentos escolares, incluindo desde as séries iniciais; a educação e o ensino filosófico fossem desenvolvidos e trabalhados. Pensando assim:

Sem prejuízo de todas as cautelas e das eventuais limitações das experiências realizadas ou dos modelos paradigmáticos adotados, parece acertado historicamente levar as crianças à experiência de um diálogo filosófico, munindo-as de estratégias adequadas para que nelas se inicie, na verdade se ative a capacidade de pensar sistematicamente que é própria da filosofia (SEVERINO, 2009, p.24).

Diante dos impasses e de toda discussão, desde o processo histórico de institucionalização do ensino de Filosofia no Brasil até os dias atuais, foram constatados inúmeros problemas, desafios, metas e até medidas que dariam suporte e auxiliariam na melhoria do referido tema em análise que é formação de professores para o ensino de Filosofia. Mediante a isso, o autor, na referida citação, nos mostra o que seria necessário para que a educação filosófica fosse posta desde os primeiros anos do ensino educativo, o que iria proporcionar a criança, através de um diálogo filosófico, um despertar desde cedo sobre os problemas existentes que o cercam e, além disso, iria proporcionar, com o passar do tempo, um desenvolvimento significativo para que, quando na fase de Ensino Médio, passasse a existir uma compreensão com mais ênfase nos conteúdos filosóficos trabalhados pelo professor. Porém, ressalta-se que, essa ideia, além de ser uma proposta, é também um desafio e uma discussão, é uma situação quase impossível de ocorrer devido aos já mencionados caminhos que já percorreu a disciplina, mediante aos currículos educacionais do país.

O filosofar ou o exercício de ensinar Filosofia, pelo que já foi mencionado, é uma tarefa que requer dos profissionais atuantes na área uma visão crítica sobre as problemáticas do mundo real. Nesse sentido, exercer a função de professor de Filosofia e dar aulas dessa disciplina é mais uma problemática desafiadora no campo educacional devido fundamentalmente ao processo de formação que esse profissional recebeu durante sua graduação. Ressalta-se assim que, formar os professores de Filosofia de forma que eles recebam uma habilidade que lhes dê segurança, suporte e competência para dominar essa função é uma verdadeira etapa desafiadora no contexto atual e por conta das questões já levantadas ao longo da pesquisa.

Desse modo, é preciso que se pense criticamente sobre esse processo formativo que, segundo o embasamento de Severino (2009), tem como objetivo a formação filosófica, bem como a atualização do filósofo, que é sempre ligado a uma prática de reflexões filosóficas. Ou seja, o referido autor salienta que é sempre preciso refletir sobre a formação, como ela vem se dando e praticar essa reflexão com temas e problemas referentes à existência humana.

Portanto, constata-se entre os desafios atuais do ensino de Filosofia, fazer esse exercício de reflexão, de pensar e discutir práticas para o processo formativo e, também subsidiar o jovem à interação com o seu meio mediante, os conteúdos, problemas e história da disciplina. A partir disso, necessita-se criar um plano de atividades que abordem todas essas medidas e aspectos havendo cumprimento deste por parte de educadores e educandos. Assim, é relevante estabelecer uma discussão sobre o ensino da filosofia e a formação docente.

2.6 - RELAÇÕES ENTRE O ENSINO DA FILOSOFIA E A FORMAÇÃO DOCENTE

Realizar uma investigação sobre a relação entre o ensino de filosofia e a formação docente é um caso raro atualmente e nos âmbitos educacionais questiona-se que esse tipo de trabalho. Comumente ocorre em pesquisas nos programas de pós- graduação em educação e, também nos cursos de licenciatura em Filosofia. Essas pesquisas realizadas por esses programas tem o intuito de almejar saberes educacionais, em outras palavras, a busca de reflexões filosóficas sobre o problema do ensino e da formação docente:

“Assim, é possível considerar que a pesquisa específica sobre o ensino da Filosofia de caráter filosófico, poderia, também, apresentar-se com as mesmas características das pesquisas produzidas no âmbito da Filosofia da Educação” (TOMAZETTI, 2000, et. al. p. 90).

Compreende-se, a partir do embasamento da autora, que as características da pesquisa específica sobre o ensino de Filosofia eram de caráter igual ao da pesquisa sobre Filosofia da Educação. Ou seja, são concepções idealistas e abstratas que indicam e se relacionam nos casos de como formar o professor ou como se deve a formação do sujeito. No decorrer das pesquisas sobre o ensino da Filosofia, a cultura do país é conhecida como a valorização do argumento, como autoridade e formulações de problemáticas referentes ao tempo presente. Essas problemáticas e valores argumentativos são atribuídos no ensino através de textos filosóficos, assim eles corroboram não somente para a formação, mas também para a pesquisa.

Os conteúdos filosóficos então são interpretados, na maioria das vezes, como conteúdos difíceis de serem lecionados e compreendidos, dependendo de quem os transmitam pode ocorrer uma má educação filosófica, processo esse que advém da trajetória formativa do sujeito. Diante disso, se pode afirmar que existe uma relevância das pesquisas sobre ensino de Filosofia aliada a relação com a formação docente, pois é inevitável não levantar a questão problematizadora sobre esse tema. Torna-se então pertinente levar em consideração que as instituições educacionais comportam essas práticas de não levar em conta tal problema.

É considerável então que o ato de realizar pesquisas sobre o ensino de Filosofia se iguala na mesma proporção do exercício do pensamento filosófico sobre questões que dizem respeito às condições tanto sobre as aulas da disciplina na escola básica, como também quanto a análise das questões de ensino-aprendizagem fazendo um diagnóstico em relação aos textos presentes nos livros didáticos e dentre outras questões referentes à Filosofia.

A pesquisa sobre o ensino da Filosofia não se restringe, pois, como poderia se pensar apenas ao tratamento educacional das referidas questões. Embora seja fundamental a aproximação das áreas de estudo que compõem o campo da educação – pois se trata de investigar as questões de ensino e aprendizagem no âmbito da escola (TOMAZETTI, 2000 et. al., p.94).

Diante de tal fundamentação, compreende-se que a pesquisa sobre o ensino de Filosofia é também uma prática filosófica que exige um pensamento crítico referente à investigação realizada e os problemas filosóficos constatados. Entende-se também que o valor da pesquisa sobre o ensino aqui tratado está voltado para um reconhecimento sobre um embate existente entre teoria e prática. Em outras palavras, a pesquisa proporciona condições para discussões sobre a aula de Filosofia na escola e, também, para as análises das políticas públicas diante do âmbito educacional brasileiro.

Questiona-se então no meio acadêmico filosófico que, pesquisar sobre o ensino de Filosofia implica adentrar no âmbito dos problemas filosóficos. Entende-se que, sendo um professor ou não da disciplina, a pesquisa voltada para o ensino dela, exige permanentemente concepções e sentidos voltados para a Filosofia e seu ensino como também para o processo de formação docente.

Investigar sobre os problemas do ensino de Filosofia torna-se um processo importante e relevante para o professor e para o pesquisador, pois ele iria reconhecer, a partir de sua pesquisa, toda especificidade que o ensino dos conteúdos pode oferecer, além da qualificação de sua formação docente e, para isso, se deter na elaboração de estratégias didáticas ou metodológicas, a fim de encontrar uma solução para todos os problemas referentes ao ensino de Filosofia que foram levantados anteriormente no texto apresentado. Portanto, adentrar num processo de investigação sobre o ensino de Filosofia requer cautela do profissional pesquisador para que ele desenvolva inquietudes sobre a problemática investigada e, dessa maneira, a pesquisa se torne um problema filosófico. Na próxima seção, serão apresentados todos os passos metodológicos que possibilitaram a análise do material bibliográfico apresentado nessa seção, além dos passos de coleta de dados que forneceram informações relevantes para o aprofundamento investigativo do objeto de estudo da pesquisa.

3. APRESENTAÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Nessa parte do texto estão delineados todos os passos metodológicos que forneceram os elementos teóricos e práticos acerca do objeto investigado e, assim, possibilitaram uma compreensão aprofundada sobre o tema-problema da pesquisa. Há uma apresentação a seguir dos elementos que compõem a metodologia da pesquisa.

3.1-CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à localização, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor José Gonçalves de Queiroz se encontra na Rua Professora Guiomar Coelho, Nº201, Bairro: Pedregal na cidade de Sumé-PB, e é orientada pela 5ª gerência de Ensino da cidade de Monteiro –PB

FOTO 01: FRENTE DA E.E.E.I.E.F.M. PROFESSOR JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ

Fonte: Próprio autor



FOTO 02: ÁREA INTERNA DA ESCOLA



Fonte: Próprio autor

Todas as discussões e ações desse trabalho acadêmico tiveram como eixo norteador a relação entre o perfil da formação dos professores que lecionam a disciplina de Filosofia e a qualidade de seu ensino em nível médio, nos três (03) anos na referida escola. A temática da pesquisa tem uma relação direta com os elementos teóricos discutidos na segunda parte deste trabalho, pois têm como foco a formação docente, a metodologia e a didática filosófica, elementos esses que nos utilizamos para a busca de uma apresentação que visa uma reflexão crítica sobre a importância da formação docente na área de Filosofia juntamente ao elemento qualitativo de seu ensino em sala de aula. A pesquisa foi estruturada e desenvolvida entre os meses de Março e Novembro de 2015, juntamente com os professores e os estudantes do Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz no município de Sumé-PB.

3.2- UNIVERSO DO ESTUDO

QUADRO 01:

<p>A) ESTRUTURA FISICA</p> <p>A escola possui uma área de 12.000 m², bem como uma parte térrea e um 1º andar. Na área do 1º andar existem 10 (dez) salas de aula, 02 (duas) salas de vídeo e 02 (dois) espaços com banheiros destinados um ao sexo feminino e outro para o masculino. Na área térrea são 12 (doze) salas de aulas. Esta área ainda é composta de 01(uma) sala de direção com 01(uma) sala anexa; 01(uma) sala de secretaria com arquivo; 01(um) auditório; 01 (um) laboratório de informática com 17 (dezesete) computadores, com internet; 01(um) laboratório de ciências com equipamentos; 01(uma) sala de coordenação; 01(uma) sala de professores; 01(uma) cozinha com despensa; 01(um) refeitório; 01(um) banheiro para funcionários; 02 (duas) baterias de banheiro (feminino e masculino) 01(uma) sala de Planejamento com almoxarifado; 01(uma) biblioteca; 03 (três) almoxarifados; 01(uma) quadra poliesportiva coberta com 02 (dois) banheiros e vestiários anexos (com vasos sanitários e chuveiros).</p>	<p>PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA</p>
---	--

Fonte: Pesquisa de campo.

A) O referido quadro aborda toda estrutura física da escola Estadual professor José Gonçalves de Queiroz localizado na cidade de Sumé-PB. Percebe-se então, diante das informações apresentadas, o amplo e diversificado espaço que a escola detém, concebendo-se assim uma imensa área que visa proporcionar uma aprendizagem confortável devido a sua estrutura.

QUADRO 02:

<p>A) PROFISSIONAIS</p> <p>Coordenação pedagógica 2</p> <p>Professores (a) totais: 68</p> <p>Agente de serviços gerais: 14</p>	<p>QUANTIDADE DE PROFESSORES DE FILOSOFIA NA ESCOLA: 03</p>
--	---

Fonte: Pesquisa de campo.

B) Em relação aos profissionais que atuam na área de pedagógica, filosófica e nos serviços gerais da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz no município de Sumé-PB está organizado o quadro 02. Constata-se a partir do quadro apresentado, que a escola possui um número significativo de professores no geral, porém, a disciplina de Filosofia só apresenta o número de três professores. Já a coordenação pedagógica é composta por dois professores especializados, quanto aos profissionais de serviço gerais, incluindo, merendeira, faxineira, porteiros e vigias, o total de agentes é quatorze que são responsáveis pelos cargos citados.

QUADRO 03:

<p>C)PROFESSORES, RESPECITVA TRABALHA.</p> <p>FORMAÇÃO E SÉRIE QUE</p>	<p>Professor “A”- 1º ano (formada em licenciatura em geografia)</p> <p>Professor “B” – 2º ano (formado em licenciatura em matemática)</p> <p>Professor “C” – 3º ano (formada em licenciatura em geografia)</p>
--	--

C) O seguinte quadro mostra as letras indicando e representando cada professor que leciona a disciplina de Filosofia, sua formação e a série em que atua. Diante dessa apresentação, é importante observar que a escola só possui três únicos professores que lecionam a disciplina de Filosofia e também que desses três, nenhum tem habilidade específica na área que trabalha.

QUADRO 04:

D) QUAL SIGNIFICADO DE ENSINAR FILOSOFIA?	<p>Para a referida professora que leciona Filosofia no 1º ano “é um ato muito interessante, tudo que foca o saber e o pensar é super prazeroso”.</p> <p>Para o professor que trabalha a disciplina no 2º ano “digamos que seja mais um desafio”.</p> <p>E para a professora que trabalha a disciplina no 3º ano “é um novo desafio”.</p>
---	--

Fonte: Pesquisa de campo.

D) A resposta apresentada pelos professores que lecionam a disciplina na referida Escola, mediante ao quadro em destaque, mostra que ao lecionar a mesma disciplina, as respostas dadas por eles são entendidas como um desafio, tendo em vista que os docentes não possuem formação na disciplina, o que para eles, torna-se um fato a ser vencido.

QUADRO 05:

E) QUAIS AS VANTAGENS E QUAIS AS DESVANTAGENS EM ENSINAR FILOSOFIA?	<p>A professora que leciona no primeiro ano disse que: “todo ensinar é preciso, apenas uma experiência nova”.</p> <p>O professor que atua no 2º ano relatou que: “o livro didático é riquíssimo, porém pouco explorado, motivo: os alunos não trazem para a aula”.</p> <p>E no 3º ano, a professora que leciona Filosofia disse que: “aprender a transmitir</p>
---	---

	a evolução do ser humano e não ter a formação adequada”.
--	--

Fonte: Pesquisa de campo.

E) Diante do quadro apresentado, podemos observar que quase não são exploradas as vantagens e desvantagens através dos relatos dos professores, também em suas respostas, enfatiza que “o ensinar é preciso” e que para eles esse ensinar uma disciplina nova, torna-se como uma experiência na sua vida e em seu ambiente de trabalho.

QUADRO 06:

F) QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O POUCO TEMPO DA FILOSOFIA SEMANALMENTE TRABALHADA EM SALA DE AULA?	Na opinião da professora do 1º ano ela relata que “o tempo é pouco, quem sabe um pouco mais seria melhor”. Já o professor do 2º ano diz que “o tempo é insuficiente, muitas vezes quando flui um debate, é sempre interrompido pelo toque do término final”. E a professora do 3º ano fala que “insuficiente para uma disciplina tão importante”
---	--

Fonte: Pesquisa de campo.

F) Referente a tais questionamentos, fica claro que o tempo é insuficiente para ser trabalhado no Ensino Médio dentre todas as respostas dos três professores, eles consolidam suas respostas enfatizando que quase não há uma discussão ou debate referente aos assuntos abordados em sala de aula e quando raramente surgem, eles são interrompidos pelo tempo que é pouco comparado às demais disciplinas.

QUADRO 07:

G) QUAL A SUA DIDÁTICA UTILIZADA EM SALA DE AULA?	O professor que leciona Filosofia no 1º enfatiza que “o mais simples possível, desde que se consiga através de nossos alunos”. Já o professor que leciona no 2º ano diz que “alguns textos são utilizados para
---	---

	dinamizar e dar foco a assuntos teóricos”. A professora do terceiro ano fala que “multimídia, textos informativos, livro didático”.
--	--

Fonte: Pesquisa de campo.

G) Assim, pode-se analisar que os procedimentos didáticos metodológicos se dão, na maioria das vezes, em torno de textos trabalhados em sala de aula, o que deixa a desejar sobre a discussão dos conteúdos que são repassados em sala, seus métodos adotados são os mais tradicionais possíveis, o que na maioria das vezes deixa o aluno sem expectativa de criar uma possível reflexão crítica sobre os temas e conteúdos que lhes são repassados em sala de aula durante as aulas de Filosofia.

QUADRO 08:

H) HÁ UMA CHAMADA APRENDIZAGEM FILOSÓFICA POR PARTE DOS ALUNOS MEDIANTE AO QUE LHE É REPASSADO?	A professora que leciona Filosofia no 1º ano diz que “para alguns sim, para outros não, fica um pouco escasso”. Já o professor responsável pelo segundo ano de Filosofia fala que “não vejo isso, na verdade é pouco tempo pra isso acontecer e vejo pouco interesse.” E no 3º ano a professora diz que “Pouca”
---	---

Fonte: Pesquisa de campo

H) Sobre esse questionamento, nota-se diante do quadro apresentado que não ocorre uma chamada aprendizagem filosófica mediante ao que foi discutido no questionário. Os próprios professores deixam claro a questão do tempo e o desinteresse por parte dos alunos, o que chega a imaginar-se que pelas respostas dadas dos professores, não existe uma aprendizagem filosófica na mencionada Escola investigada.

QUADRO 09:

I) EXISTE ALGUMA DIFICULDADE SUA OU DOS ALUNOS EM ENSINAR FILOSOFIA E APRENDER	Sobre isso, a professora do 1º respondeu que “não muito, apensa mais um pouco de estudo para buscar mais conceitos
--	--

FILOSOFIA?	<p>interartes”.</p> <p>Já o professor do 2º ano fala que: “não minha, por ser uma “coisa nova”.</p> <p>E por fim o do 3º ano enfatiza que “sim, dispomos de poucos recursos para uma melhor aprendizagem.”</p>
------------	--

Fonte: Pesquisa de campo.

I) Referente às respostas dos professores da escola analisada, tem-se a ideia que as dificuldades existentes se referem a ser uma experiência nova e a escassez de recursos para desenvolvimento dessa aprendizagem, por outro lado, as respostas também se remetem ao fato de ser uma experiência nova, o que isso dar subsídios e motivação para buscar novos conhecimentos a fim de tentar combater as dificuldades existentes no ensino de Filosofia.

3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS

O estudo investigativo gira em torno da relação entre o perfil da formação docente dos professores que lecionam a disciplina Filosofia e a sua influência na qualidade de ensino no que diz respeito à compreensão que o professor tem da natureza da disciplina, da metodologia e a didáticas filosóficas que devem ser aplicadas ao ministrar os conteúdos filosóficos nas aulas do Ensino Médio nas turmas do 1º, 2º e 3º na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz da cidade de Sumé-PB. Foi desenvolvido e alicerçado na pesquisa qualitativa que, de acordo com Mezzaroba e Monteiro (2003, p. 108) “A pesquisa qualitativa não vai medir dados, mas, antes, procura identificar suas naturezas”, dessa forma, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas, por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. Por isso, a pesquisa qualitativa do decorrer de suas análises, e o que: “vai preponderar sempre é o exame rigoroso da natureza, do alcance e das interpretações possíveis para o fenômeno estudado e (ré) interpretado de acordo com as hipóteses estrategicamente estabelecidas pelo pesquisador” (MEZZAROBA E MONTEIRO, p.108, 2003). Assim, a pesquisa qualitativa tornou possível analisar

criticamente o elo entre a influência do perfil da formação docente e a qualidade de ensino da disciplina no decorrer das aulas ministradas nas três séries do Ensino Médio da escola.

A pesquisa, quanto aos objetivos, foi realizada no nível explicativo, pois, como afirma Gonçalves (2005, p. 56), é uma pesquisa que se processa “quando o pesquisador procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio de registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados”, dessa forma, possibilita ao pesquisador explicar e interpretar os dados coletados nela. A pesquisa explicativa favoreceu a análise em torno dos elementos teóricos que diz respeito ao tema-problema, pois possibilitou a compreensão dos conceitos analisados, tais como: formação docente de Filosofia, ensino de Filosofia, metodologia e didática filosófica, compreensão da relação e da influência da formação docente em relação a qualidade de ensino das aulas de Filosofia, pois puderam ser visualizadas as dificuldades teóricas e práticas dos professores que ministram a disciplina Filosofia na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz da cidade de Sumé-PB, justamente pelo perfil de formação dos três professores observados na sua prática docente e, com isso, apontando-se que de fato existe uma relação intrínseca entre a formação docente e a qualidade de ensino no ato de ensinar Filosofia.

No que diz respeito aos procedimentos, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica em torno dos elementos teóricos que compõem a formação docente e ensino na área de Filosofia, pois, de acordo com Cajueiro (2013), Uma pesquisa eficaz tem como finalidade analisar e discutir as diferentes contribuições científicas sobre o assunto que se pretende estudar, bem como revisar a literatura existente sem repetir o tema de estudo.

Este trabalho foi desenvolvido também, levando em consideração o procedimento, uma pesquisa de campo em torno da prática docente dos professores de Filosofia da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz da cidade de Sumé-PB, correlacionando-a com a qualidade de ensino dos conteúdos filosóficos e com o perfil das suas formações acadêmicas. O trabalho de campo, segundo Cajueiro (2013), permite ao pesquisador uma aproximação da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, estabelecendo uma interação com ‘os atores’ que conformam a realidade com o conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. No que diz respeito à obtenção de dados, foi realizada uma pesquisa enquanto um estudo de caso avaliativo que, para Cajueiro (2013, p. 22):

É o tipo de pesquisa no qual um caso (fenômeno ou situação) individual é estudado em profundidade para obter uma compreensão ampliada sobre outros casos (fenômenos ou situações) similares, possibilitando a criação de um modelo ou de novos procedimentos-padrão.

Essa categoria de investigação que tem como objetivo estudar uma unidade de forma aprofundada, podendo ser desenvolvida com um sujeito, um grupo de pessoas ou uma comunidade. Quanto a sua dimensão avaliativa, ressalta Cajueiro (2013, p.22) que é porque: “envolvem tanto a descrição quanto a interpretação, mas o objetivo principal é usar os dados para avaliar o mérito de alguma prática, programa, sistema ou evento”. Foram observadas, dessa forma, as aulas ministradas pelo corpo dos professores de Filosofia e as atividades realizadas pelos estudantes em sala de aula, tendo como foco principal que tipo de metodologia e recursos didáticos os três professores utilizaram para repassar de forma compreensiva para os estudantes os conteúdos filosóficos na escola observada. A técnica para a coleta foi efetivada mediante estruturação de um questionário que, como afirmam CERVO; BERVIAN; SILVA (2007, p.53):

O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. [...] ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema.

Quanto ao tipo de perguntas utilizadas, foram as subjetivas, pois, segundo Gonçalves (2005), oferecem a possibilidade de o interrogado responder com suas próprias palavras sem nenhum tipo de limitação na estruturação de suas respostas. Esse tipo de coleta de dados deu total liberdade ao pesquisado para expressar suas opiniões e sentimentos. O presente estudo favoreceu a avaliação e a reflexão crítica e sistemática em torno da investigação entre o perfil da formação docente do professor de Filosofia e da sua influência na prática pedagógica na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz da cidade de Sumé-PB, nas suas séries 1^a, 2^a e 3^a do Ensino Médio. Também quanto ao processo de coleta de dados para a pesquisa, foi aplicada a observação sistemática que, na perspectiva metodológica de Marconi e Lakatos (2004, p.276), é denominada da seguinte forma:

Também recebe várias designações: estruturada, Planejada, Controlada. Utiliza instrumentos para a coleta dos dados ou fenômenos observados e realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Porém, as normas não devem ser rígidas ou padronizadas, pois situações, objetos e objetivos podem ser diferentes.

Esse tipo de observação, como já está explicado na conceituação acima, permitiu que fossem observadas as práticas educativas dos três professores que ensinam a disciplina

Filosofia na escola. Essas observações estavam condizentes com uma intencionalidade previamente determinada e amarrada conceitualmente na elaboração do questionário, por terem como objetivo, observar criticamente a natureza das práticas docentes dos professores de Filosofia da escola, com o intuito de problematizar se essas práticas condiziam com a natureza do ensino dos conteúdos filosóficos e, dessa forma, se estas mantinham ou não uma relação intrínseca com o perfil da formação docente dos professores observados. Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi utilizado o método de abordagem dedutivo definido por Mezzaroba e Monteiro (2003, p. 65) como o que:

[...] parte dos argumentos gerais para os argumentos particulares. Primeiramente, são apresentados os argumentos que se consideram verdadeiros e inquestionáveis para, em seguida, chegar a conclusões formais, já que essas conclusões ficam restritas única e exclusivamente à lógica das premissas estabelecidas.

O método dedutivo, dessa forma, possibilitou analisar criticamente todos os argumentos observados e desenvolvidos pelos três professores que lecionam a disciplina na escola durante a observação de suas aulas, como também, observar a natureza dos recursos metodológicos e didáticos utilizados pelos professores em sala de aula; além disso, possibilitou a análise dos conteúdos do livro didático de Filosofia adotado pela escola. O método de procedimento foi o histórico, pois, de acordo com Mezzaroba e Monteiro (2003, p. 89), a análise histórica é aquela que se faz:

Quando se faz uma pesquisa desse tipo necessariamente serão levados em consideração também os contextos históricos do seu objeto investigado: não só o fenômeno hoje e no passado, mas esse fenômeno em relação ao seu contexto histórico atual e em relação ao seu contexto pretérito.

Esse método histórico possibilitou desenvolver um processo de investigação mediante uma análise histórica de todo processo de institucionalização da formação docente no Brasil, tendo como foco tanto a formação docente na área de Filosofia, quanto a história do ensino dessa disciplina. Esse método contribuiu muito para uma investigação mais aprofundada do objeto de pesquisa.

4. ANALISE E RESULTADO DOS DADOS DA PESQUISA

Diante de todos os pontos teóricos e metodológicos da pesquisa apresentados até o momento sobre os conceitos de formação docente e, em especial, relacionados aos professores de Filosofia e a qualidade do ensino desta disciplina e, após uma análise sobre o quadro apresentado com os dados sobre o perfil dos professores do Ensino Médio da Escola Estadual José Gonçalves de Queiroz na cidade de Sumé-PB, torna-se condizente dizer que a partir dos dados obtidos e a interligação dos conceitos de formação docente e de qualidade de ensino apresentados e discutidos na parte da fundamentação teórica dessa pesquisa, demonstrou-se grandes dificuldades e problemas que enfrentam os professores que ministram a disciplina na referida escola. Essas dificuldades e problemas se apresentaram de forma contundente mediante as perguntas feitas referentes à sua formação específica e a maneira como ensinam os conteúdos filosóficos no Ensino Médio nos 1º, 2º e 3º anos.

Iniciou-se o questionário dando ênfase às perguntas referentes à Formação Docente dos professores de Filosofia da escola, sendo essa formação, o principal enfoque da pesquisa. A temática foi analisada a partir de uma fundamentação teórica que anteriormente possibilitou a discussão com teóricos que trabalham e problematizam este assunto no âmbito do ensino da Filosofia, além da própria Filosofia. As concepções de formação dos referidos autores, possibilitou compreender a natureza das respostas dadas pelos professores que foram questionados sobre sua área formativa. As respostas dadas pelos três professores que são responsáveis por ministrarem a disciplina na escola mencionada, os quais foram citados no quadro C desta pesquisa, apontam para a ratificação das problematizações apontadas pelos autores nas suas concepções relacionados à formação e ao ensino de Filosofia, pois o conceito adotado por tais autores é o que observa o processo formativo como um processo de construção da identidade profissional que, deve ser, portanto, um elemento relevante para o processo. Além do mais, vale salientar que o processo de formação docente é um caminho pelo qual o profissional passa por várias fases formativas, vários requisitos referentes à sua profissionalização. A partir disso: “Um professor de filosofia não se forma tão somente ao adquirir alguns conteúdos filosóficos e outros pedagógicos, para então, em seguida justapô-los. Em realidade vai se aprendendo a ser professor desde o momento em que se começa a ser aluno” (CERLETTI, 2000, p.55). Assim, mediante a citação do autor e do quadro referido apresentado com as respostas dos professores da já citada escola, é notada uma situação delicada referente à formação docente dos professores que lecionam a disciplina de Filosofia na escola Estadual José Gonçalves de Queiroz da cidade de Sumé-PB.

Nota-se que os únicos três professores que lecionam a disciplina Filosofia no Ensino Médio, não possuem uma formação na área específica da disciplina e dentre eles, dois deles tem Graduação com Licenciatura em Geografia e o outro é habilitado em Matemática. Os mesmos foram formados na AESA - Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde – PE. Torna-se importante dizer que esses educadores só lecionam Filosofia há apenas um ano. Isso implica afirmar, que já existe uma problemática desde o momento em que são detectados que eles não são formados na área de Filosofia. Em outras palavras, não possuem nem Graduação tampouco Licenciatura em Filosofia. Por isso e pelas observações realizadas durante as próprias aulas na Escola Estadual em Sumé-PB, é que foram constatadas as dificuldades inerentes ao processo ensino aprendizagem da disciplina Filosofia. Então, pelo fato desses professores não possuírem domínio dos conteúdos filosóficos trabalhados em sala de aula, seja na sua perspectiva histórica, temática ou problematizadora, os três professores não tinham como repassar esses conteúdos de forma condizente com a sua natureza e, tampouco, saber as ferramentas metodológicas e didáticas para esse repasse de conhecimentos filosóficos.

Portanto, diante dessa problemática inicial já apresentada e relacionada à formação docente dos professores observados e, fazendo uma relação com qualidade de ensino através dos dados mostrados sobre sua formação docente, mediante as observações realizadas nas visitas em sala de aula; conclui-se que uma má- educação filosófica prevalece em todo Ensino Médio. Em outras palavras, é relevante dizer que não há uma educação filosófica na escola Estadual José Gonçalves de Queiroz da cidade de Sumé-PB por se encontrar banalizada, pelo fato dos professores não serem formados na área. Isso implica num processo de ensino-aprendizagem em que professores e alunos não constroem uma significação da realidade em que estão inseridos, pois, como dito, os docentes possuem pouco domínio com relação aos conteúdos filosóficos. Esses aspectos levantados até o momento dão início a uma série de outros problemas. E um deles é descaso em relação à relevância da disciplina para a formação do ser humano.

Surgem tais problemas também, a partir do momento em que se sabe sobre toda trajetória, todos os impasses encontrados e todas as conquistas traçadas por profissionais da educação, por professores e estudantes de filosofia com a finalidade de manter a disciplina como obrigatória nos currículos educacionais brasileiros, como já foi retratada na fundamentação teórica da pesquisa, quando enfim, a disciplina está inserida nos currículos educacionais brasileiros. Novamente nas escolas públicas, que foi o universo de pesquisa, resolvem então aderir por profissionais que não são qualificados na área. Isso quer dizer que,

ainda não existe um ensino ideal neste âmbito e, sendo assim, o aluno sentirá dificuldades para absorver os conteúdos filosóficos. Esta foi exatamente a situação que foi constatada na Escola Estadual José Gonçalves de Queiroz na cidade de Sumé-PB.

Para adentrar mais sobre como o ensino de Filosofia está sendo desenvolvida no Ensino Médio da já mencionada escola, o questionário foi aprofundado e aplicado aos professores então citados, com questões que exigiam respostas e pensamento crítico da parte deles, já que são professores, sujeitos formadores e pensantes, entretanto não se verificou essa criticidade. O questionário também nos traz as observações realizadas durante as aulas que foram ministradas nas turmas de Ensino Médio e tiveram o intuito de analisar as diferentes visões referentes às questões de cunho filosófico e saber a importância das aulas e do ensino de Filosofia, considerando que os professores iniciaram esta tarefa há menos de um ano.

Em relação à questão sobre o que é ensinar Filosofia, a intenção era saber, a partir das suas respectivas respostas, o que os professores de Filosofia da escola compreendiam sobre a concepção e o objetivo do que se trata propriamente a natureza do ensino de Filosofia. Para analisar as respostas dadas pelos professores a esse item do questionário, buscou-se alicerçar a compreensão dada pelos educadores da escola na afirmativa de Cerletti (2000), que diz que a atividade de ensino ou transmissão da Filosofia está ligada ao seu desenvolvimento. Então, a partir do pensamento do autor, esperava-se que suas reflexões fossem voltadas a criticidade sobre desenvolver habilidades referentes ao ensino de Filosofia. Porém, as respostas dadas por eles, conduziam sempre a desafios que lhes são postos, uma nova prática, e também entre as vantagens que eles obtêm está a de desfrutar novas práticas. Entretanto, mesmo sabendo que os alunos não estão recebendo uma educação filosófica coerente, os próprios mestres enfatiza que os livros didáticos trazem conteúdos riquíssimos, a questão é que eles não podem desfrutar devido aos problemas como a duração da aula e, pior, pelo fato dos próprios alunos não levarem o livro para a escola.

Até o presente momento foram identificados problemas existentes no ensino da Filosofia como também na formação dos professores que lecionam a disciplina na Escola Estadual José Gonçalves de Queiroz na cidade de Sumé-PB, levando em consideração aspectos referentes desde a formação pedagógica até conceitos e visões dos próprios professores sobre uma boa educação escolar. Podemos observar, diante do exposto acima, que os próprios educadores não consideram que a escola possua uma educação filosófica padrão devido a inúmeros fatores, um deles, o mais citado, é a carência de um profissional habilitado na área, ou seja, a ausência de um professor formado em Filosofia.

Ainda sobre as problemáticas referentes à formação e a qualidade do ensino de Filosofia, em torno da compreensão das respostas relatadas pelos professores da escola mencionada, é de suma importância saber que práticas didáticas metodológicas esses professores utilizam em sala de aula, condizendo com conceitos dos autores trabalhados ao longo da pesquisa e assim, saber se eles aderem às mesmas já referidas. Sobre essa perspectiva:

Se quiser fazer um trabalho de qualidade, o professor terá de encontrar formas de superar deficiências de sua formação inicial, buscando cursos e eventos científicos que propicie um aprimoramento na área, e principalmente, fazendo do estudo uma constante na sua vida profissional (RODRIGO, 2009, p.69).

Mediante ao que a autora dá ênfase, sobre como adquirir práticas que deem suporte ao trabalho do professor que tem deficiência desde sua formação inicial, este profissional deve buscar aprimoramento tomando por medidas os métodos citados acima. Isso não foi o que ocorreu, conforme mostra o quadro com o resultado do questionário aplicado sobre a didática de tais professores. Estes, basicamente se detêm aos textos e ao livro didático e, um dos professores não soube nem responder qual a própria didática utilizada. Isso implica dizer que além da escola ser escassa de possibilidades diversificadas de trabalhos didáticos, os professores também não se mobiliza em busca de novos métodos para seu trabalho em sala de aula e também, após observações constantes, nota-se que as aulas de Filosofia no Ensino Médio, se dão de forma e padrão tradicional. Isto é, o professor lê um texto do livro ou algum outro trazido por ele e pede um exercício, está inativo porque não promove um debate, uma discussão entre os alunos, simplesmente reproduz o que o livro didático traz.

Em outras palavras, o professor que neste caso, é o principal sujeito mediador na busca pela autonomia do pensamento do jovem, como já foi discutido durante toda pesquisa, não está conseguindo desempenhar o papel de formador na sociedade por inúmeros aspectos já citados. Um, o fato dele não ser formado, outro, por ele não possuir habilidades referentes aos conteúdos da disciplina, o que implica numa péssima educação e aprendizagem por parte dos alunos em detrimento dos conteúdos filosóficos, e, mais um motivo seria o de que ele não se importe em adotar métodos e recursos didáticos diferenciados e condizentes para melhoria do ensino desses conteúdos.

Uma das questões que tem um significado importante em relação a esse e outros problemas existentes que já foram suscitados até o momento, é o fato do pouco tempo de hora aula que a disciplina de Filosofia possui, como se sabe, são apenas 40 minutos de aula e uma vez por semana, ou seja, é muito pouco tempo pra uma disciplina que exige uma reflexão

crítica mediante aos conteúdos abordados em sala de aula. Em resposta ao tempo, todos os professores salientam, segundo o quadro apresentado, que é insuficiente, impedindo às vezes de gerar uma discussão ou um debate sobre algum conteúdo filosófico quando trabalhado em sala de aula. Então, já é difícil propor um debate em sala por parte dos alunos e, uma vez que isso acontece, o tempo de aula se encerra, ocorre que os alunos ficam dispersos e, com isso, não desenvolvem o raciocínio crítico sobre o conteúdo filosófico apresentado. Assim pelo que foi analisado até então e também diante do posicionamento dos professores mediante as suas respostas, as dificuldades do ensinar para eles, se resumem a problemática da hora/ aula semanalmente, que é bem reduzida em comparação com as demais disciplinas, a sua própria formação acadêmica, onde pelos próprios relatos fica claro a dificuldade de domínio de conteúdos e de didáticas metodológicas condizentes a criticidade que a disciplina exige e que isso na visão dos professores é um desafio, o que o resultado disso acaba por não existir na escola mencionada, uma chamada educação Filosófica, onde os próprios professores levantam essa questão diante dos quadros já apresentados e que fica claro também que eles não possuem ferramentas nem subsídios que possam amenizar a situação recorrente ao que esta acontecendo no ensino de Filosofia na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz na cidade de Sumé-PB.

Sendo assim, os problemas referentes ao ensino e as aulas de Filosofia, boa parte deles, remetem a não formação docente na área de filosofia. Dessa forma, parte dos próprios professores e parte das entidades governamentais, acaba por aceitar que uma essencial para a formação do cidadão seja trabalhada em sala de aula por um profissional que é habilitado em outra área acadêmica. Com isso, remete-se ao pensamento de que não aconteça ou não exista uma aprendizagem por parte dos alunos referente às práticas que são adotadas em sala de aula diante de suas didáticas metodológicas e outros fatores problematizados que já foram mencionados em parágrafos anteriores. Em relação a isso, os mesmos professores que ensinam Filosofia relatam, segundo o quadro apresentado, que não há interesse por parte dos alunos também, esse é um fator desmotivador e próprio de um ensino filosófico deficiente.

Essa desmotivação também condiz para que se aumente ainda mais as dificuldades de aprendizagem, tanto da parte dos professores, por não terem como se aprofundarem no âmbito da Filosofia por não serem formados na área, como por parte dos alunos que por terem aulas de profissionais não habilitados para ministrarem a disciplina. Deste modo, em consequência desses fatos, os professores não trabalham uma didática coerente. Ainda há, segundo relatos dos próprios professores, a falta de recursos na escola, o que implica dizer que não há

maneiras de melhorar ou aperfeiçoar as atitudes ou práticas como as quais nesta pesquisa foram citadas se elas não forem modificadas.

4.1. ANÁLISE SOBRE A ESCOLHA DA ESCOLA INVESTIGADA

A devida escolha da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz situada na cidade de Sumé-PB, se deu, devido a inquietações que surgiram acerca da formação de professores que ensinam Filosofia e a relação com o ensino, são portanto inquietações provenientes tanto das experiências da disciplina Estágio Supervisionado IV e às do PIBID DIVERSIDADE (por serem concentradas na subárea de Humanas e voltadas para a formação na área de filosofia) quanto da literatura que versa sobre o tema-problema da pesquisa.

FOTO 03: AULA REGENCIAL DE ESTAGIO SUPERVISIOSADO



Fonte: Próprio autor

As experiências em sala de aula comprovaram e serviram como subsídios para análise e identificação que na referida escola não havia profissionais habilitados na área de Filosofia, levando-nos a pensar como seria possível esse ensino e essa educação filosófica. Esses motivos e inquietações suscitaram inquietações a mais.

Então, no decorrer do estágio foi traçado uma fundamentação teórica que abordasse autores do campo da Filosofia que tratassem de temas, questões e problemas referentes à formação docente, a qualidade de ensino e didáticas metodológicas com o objetivo de ter em mente conceitos que ao chegar no período de regência escolar do estágio, esses conceitos fossem absorvidos e se eles estavam sendo trabalhados em sala de aula, durante o período que eram ministradas as aulas de Filosofia na escola mencionada.

Portanto, houve toda uma preparação teórica baseada numa fundamentação que abordasse todos esses temas em questão, para que o estagiário, após ter toda preparação sobre os conceitos em questão e após ter toda análise e discussão com os debates durante o Estágio Supervisionado, estivesse apto e seguro para uma boa realização sobre o tema em foco.

4.2 ANÁLISE E RESULTADOS DAS INQUIETAÇÕES

As aulas de Estágio Supervisionado IV que foram na disciplina Filosofia deram suporte para adentrar em sala de aula durante as aulas na referida escola, com os professores citados e comprovar que eles não possuíam um domínio de conteúdo mediante a disciplina que lecionavam, devido ao fato de não possuírem uma formação específica na área. Além disso, as aulas que foram ministradas por eles e diante das observações nas regências, constatou-se o fato de que essas aulas não eram atrativas aos alunos pelo motivo de não despertarem interesse e questionamentos.

FOTO 04: AULA REGENCIAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Fonte: Próprio autor

Em relação a todas as regências e observações realizadas nas aulas de Filosofia, ficou claro que não existia nenhuma prática didática metodológica que fosse trabalhada em sala de aula. As aulas observadas durante o período do Estágio foram todas tradicionais, condicionadas sempre ao livro didático e a uma simples leitura de texto com um exercício para ser feito em casa, devido ao tempo da disciplina ser pouco. O que nos faz entender que esse tipo de aula não é interessante aos olhos de quem assiste e causa o desinteresse dos professores em inovar e trabalhar conteúdos atrativos que busquem chamar a atenção e despertar a curiosidade de seus alunos.

Contudo, após toda experiência de Estágio Supervisionado e todas essas questões levantadas sobre a disciplina de Filosofia, envolvendo a temática sobre formação docente e qualidade de ensino filosófico, foi o que se tornou motivo para investigação da pesquisa na referida escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como intuito analisar o perfil formativo dos professores de Filosofia da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz da cidade de Sumé-PB, local onde foi detectado e discutido problemas referentes ao perfil da formação dos professores que fazem parte de seu corpo escolar e que lecionam a disciplina Filosofia. Esse perfil foi analisado mediante a qualidade percebida em relação ao ensino dos conteúdos filosóficos. No decorrer da pesquisa, se concluiu que os referidos professores não possuem uma formação na área de Filosofia e sim e em outras do saber, ou seja, têm licenciaturas referentes a área de humanas mas, com licenciatura em Geografia e a área de exatas, com licenciatura em Matemática, como já foi mencionado ao longo da pesquisa. Assim, no processo investigativo da pesquisa, aponta-se que os alunos do Ensino Médio da referida escola estão sendo prejudicados por não estarem recebendo uma educação filosófica como realmente deveriam estar, e um dos motivos é o fato dos professores que lecionam Filosofia não possuírem habilidades referentes à disciplina e o outro se trata desses mesmos professores não terem o domínio dos conteúdos da disciplina. Assim não têm uma prática filosófica condizente a que realmente deveria ser trabalhada, pois também não têm uma compreensão da natureza dos conteúdos filosóficos no que diz respeito à história da disciplina, as áreas de investigação desta, tais como, a ética, a metafísica, a ontologia, dentre outras, e também aos problemas filosóficos e seus respectivos temas.

Por esse motivo e pelo que foi relatado segundo os próprios professores diante dos quadros apresentados e analisados das realizações das visitas em sala de aula e, com base nas teorias analisadas na fundamentação teórica desse trabalho, chegou-se a compreensão, no decorrer da pesquisa, de que as aulas de Filosofia não são atrativas para os alunos e, além disso, que não existe uma educação filosófica devido ao motivo desses professores não demonstrarem interesses e preocupações em relação às aulas, agravando ainda mais a questão da dispersão dos alunos, pois, além dos professores possuírem as carências abordadas, os mesmos, durante as aulas de Filosofia, não estimulam práticas que busquem com que os alunos se interessem pelos conteúdos da disciplina. Seus métodos didáticos são na maioria textos dentro do próprio livro didático ou algum texto extra, e que a forma que são trabalhados, submetem a uma simples leitura, sem a criação, por exemplo, de uma roda de discussão, reflexão e debates sobre o referido assunto, a fim de estimular nos educandos a capacidade de desenvolver problemáticas a partir dos conteúdos filosóficos da realizada de em que estão inseridos.

Assim, tomando por base as fundamentações teóricas adotadas e trabalhadas pelos autores durante a pesquisa realizada, enfatiza-se que os conceitos sobre formação docente que os autores trabalham não condizem com a atual situação dos professores investigados, devido ao fato das problemáticas já citadas e também por suas práticas e métodos não estarem capacitando os jovens do Ensino Médio, devido à questão de sua formação não possuir subsídios referentes à disciplina Filosofia. A consequência disso implica numa perda da aprendizagem filosófica por parte dos alunos que sofrem porque os professores que atuam na mencionada disciplina não são especialistas na área e sim são capacitados em outras disciplinas diferentes da estudada. Ou seja, o aluno no Ensino Médio da referida escola, não está desenvolvendo sua capacidade crítica reflexiva intelectual que deveria adquirir enquanto estudante de Filosofia.

Além de toda dificuldade em relação às problematizações já mencionadas e também por ter como objetivo de pesquisa a identificação de pertinentes problemas relacionados à formação docente e a qualidade de ensino, o intuito deste trabalho se deu através dos levantamentos tecidos sobre a investigativa, para que a qualidade da educação fosse avaliada e discutida a fim de melhorias e, dentre essas melhorias, realizar um apelo ao Estado responsável pela educação do Ensino Médio do município citado, para que este abra portas para o ingresso de profissionais qualificados na área da docência em Filosofia.

Considera-se importante nesse instante mencionar também que, os professores, além do fato de não possuírem a formação específica em Filosofia, como já foi dito ao longo da pesquisa, também não possuem uma relevante autonomia por parte dos alunos. O exemplo disso, que foi constatado em visitas já mencionadas durante as aulas de Filosofia na escola e nas séries de Ensino Médio foi que na maioria, alguns alunos dormem durante as aulas devido a horários, como, por exemplo, o do 3º ano C. Outros problemas também são o uso intenso dos aparelhos de celulares, a chegada às aulas com atraso, muitas conversas paralelas e também reclamações por parte dos educandos de que o assunto que o professor está trabalhando é cansativo, mesmo com o reduzido tempo-hora aula de 40 minutos uma vez por semana. Esses problemas foram percebidos quando se constatou a tese que de fato existe uma relação intrínseca entre o perfil da qualificação docente com a qualidade de ensino na disciplina Filosofia.

Outro dado que foi constatado no decorrer da pesquisa, nas análises mediante os conceitos teóricos abordados pelos autores que foram trabalhados, foi saber que parte dos alunos das turmas do 2º ano B e 2º ano C não tiveram aulas de Filosofia no ano corrente da pesquisa, o fato disto acontecer, segundo o professor responsável pelas turmas que justificou

esse fato lamentável com as seguintes palavras foi “as inúmeras faltas da maioria dos alunos, é devido ao horário das aulas da disciplina de Filosofia da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz ser em tempo integral”. A identificação desse problema se deu porque boa parte dos alunos faz parte da zona rural do município mencionado. Esse último elemento é apresentado pelo professor das turmas em questão como um elemento desmotivador quanto à presença dos alunos em sala de aula no devido horário, por ser ministrada no primeiro horário da tarde, ou seja, às 13 horas, horário em que o motorista encarregado conduz tais alunos até suas residências na zona rural e não esperarem que os alunos terminem as aulas. Mediante a esse aspecto e em detrimento dos conceitos utilizados pelos autores na referida pesquisa que trabalham a questão do tempo da disciplina em sala de aula, enfatizando que a própria deveria ter uma carga horária igual às demais disciplinas, a exemplo das disciplinas de Português e Matemática, a Filosofia deveria ter uma carga horária compatível com as disciplinas citadas por ser uma disciplina de caráter intelectual e que exige uma reflexão sobre os conteúdos trabalhados.

Deste modo, sobre tal situação, a reflexão que foi feita no decorrer da pesquisa, é a de questionar sobre as consequências e implicações relacionadas a tais problemas referentes à relação entre o perfil de formação docente do professor de Filosofia, juntamente com a qualidade do ensino. Dessa maneira, os possíveis questionamentos levantados sobre a prática docente dos professores investigados, buscando nas mesmas as razões da banalização do ensino de Filosofia, justamente por esse ensino não ser significativo para os alunos do Ensino Médio da escola pesquisada, pois esse ensino não está atrelado a uma metodologia e uma didática de natureza filosófica e desse modo, acaba perdendo todo seu sentido.

A perda do sentido da Filosofia no Ensino Médio é uma consequência da problemática que se relaciona ao perfil formativo dos professores e a qualidade do ensino na área na Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz. Deste modo, como foi se configurando no decorrer da pesquisa, existem também outras consequências danosas para o ensino da disciplina Filosofia: esses professores influenciam com suas práticas pedagógicas desvinculadas da natureza da área que ensinam nos aspectos questionados aos respectivos professores que ensinam Filosofia na escola mencionada: “E as avaliações? E as faltas? Não reprovam?” E o que se obteve como respostas do professor responsável pelas turmas foi o seguinte: “A gente passa atividades pra eles fazerem em casa mais cedo enquanto eles estão recebendo aula de outra disciplina e não reprova porque só Filosofia não reprova aluno, tem que ser Filosofia e outra disciplina”. A partir dessas respostas, é condizente dizer que mais uma prática filosófica não esta acontecendo de maneira certa, segundo as teorias trabalhadas

nesta pesquisa, no que diz respeito à qualidade do ensino de Filosofia na referida escola, por terem sido identificados que os professores, além de todos os problemas já mencionados e identificados, não aproveitam o pouco tempo da disciplina para apresentar de forma atrativa, criativa e reflexiva os conteúdos filosóficos. Essa constatação mais uma vez pôde ser remetida a formação do professor de Filosofia em outra área do saber.

Após identificar, no decorrer da pesquisa, que situações como essas fazem surgir inquietações sobre a qualidade desse ensino mediante a formação e suas práticas adotadas pelos professores de Filosofia da referida escola, mais questionamentos são suscitados sobre esses aspectos acima ressaltados, pois aparecem como dúvidas, tais como: Como esses alunos prejudicados vão chegar no terceiro ano sem nenhuma base de conteúdos filosóficos? Além disso, e o desinteresse constante dos alunos, será que eles pensam em fazer ENEM e ingressar no Ensino Superior? Será também que os alunos e professores tem em mente que a disciplina Filosofia está obrigatoriamente nas provas anuais do ENEM e que eles precisam desses conteúdos para ingressar no Ensino Superior? Dessa maneira, pensa-se então que os professores e os alunos que são os protagonistas no processo ensino aprendizagem teriam que analisar essas e demais questões referentes ao ensino da disciplina, as práticas didáticas e as metodologias atreladas à problematização do perfil da formação docente, tendo intuito de que medidas institucionais sejam discutidas e efetivadas para se ter, no âmbito escolar, um ensino de Filosofia condizente com a natureza da própria Filosofia.

A realização da pesquisa trará contribuições acadêmicas, onde esse trabalho poderá alavancar discussões relevantes sobre a formação do professor de Filosofia e a sua relação com o ensino da mesma no Ensino Médio e suas implicações no contexto do Cariri Paraibano ao ter como referência o município de Sumé, na medida em que será discutido com interlocutores da atualidade que estão preocupados com a forma de implantação do ensino de Filosofia no Ensino Médio e a sua relação com a qualificação profissional do professor que leciona a disciplina nas escolas públicas e particulares do nosso país. Assim, poderá ser apresentado em eventos promovidos pela universidade com o objetivo de levar a outros pesquisadores que não têm acesso ao quadro da formação de tais professores e suas formações no contexto do Município de Sumé e outros localizados no Cariri, a tomarem conhecimento em suas pesquisas das implicações da formação e perfil dos professores de Filosofia e o seu ensino nesse contexto e, também, promover um debate entre os professores da região do Cariri Paraíba no que também estão envoltos na realidade de ter outras formações ou que possuam a formação na área de Filosofia, para discutirem amplamente as dificuldades enfrentadas no âmbito da sala de aula, no processo ensino-aprendizagem da disciplina nas

escolas de Ensino Médio da região, possibilitando a busca de uma qualificação profissional adequada para a disciplina lecionada, ou seja, Filosofia, e a busca de novas metodologias e recursos didáticos para o melhoramento do seu ensino.

REFERÊNCIAS

- ANDRE, Marli. **Formação docente de professores: a constituição de um campo de estudo.** Porto Alegre, v.33, n.3, p. 176, dez. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/8075/5719>>. Acesso em 8 ago. 2015.
- ALVES, Dalton José. O ensino de filosofia na educação escolar brasileira: conquistas e novos desafios. In: TRETIN, Rene; GOTO, Roberto. (Org.) **A filosofia e seu sentido.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** São Paulo SP: Person Prentice Hall. 2007.
- FILHO, Evaristo de Moraes. **O ensino da filosofia no Brasil.** Rio de Janeiro, p. 8-15, 1959. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/31025-o-ensino-da-filosofia-no-brasil-evaristo-de-moraes-filho.html>>. Acesso em 12 ago. 2015.
- GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** São Paulo, SP: Avercamp, 2005.
- LOURREIRO, Maria Dulcineia. **A institucionalização e profissionalização da formação de filosofia em faculdades do Nordeste.** p, 14-90. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Sonia2/Desktop/Maria_Dulcineia_da_Silva_Lourei>. Acesso em 21 ago. 2015.
- MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** São Paulo, SP: Atlas, 2004.
- MARTINS, Marcos Francisco. Uma nova filosofia para um novo ensino médio. In: GALLO, S.; KOHAN, W. (Org.) **Filosofia no ensino médio.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- MATOS, Junot Cornélio. **A formação pedagógica dos professores de filosofia: um debate, muitas vozes.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de metodologia na pesquisa no direito.** São Paulo, SP: Saraiva 2003.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Historia da educação brasileira: a organização escolar.** Campina, SP: Autores Associado, 2011.
- RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio.** Campinas-SP: Autores Associados, 2009. (Coleção formação de professores).

SEVERINO, Antônio Joaquim. Desafios atuais do ensino de filosofia. In: TRENTIN, Renê; GOTO, Roberto. (Org.) **A filosofia e seu ensino: caminhos e sentidos**. São Paulo, SP: ed. Loyola, 2009. P. 18-24.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores no Brasil. Dilemas e perspectivas**. Goiás. v.9. p.12-15 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em 21 jul. 2015.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia e formação de professores no Brasil: vicissitudes dos dois últimos séculos**. São Paulo, p. 143-150, 2011. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo01/Coordenada%20por%20Dermeval%20Saviani/Dermeval%20Saviani%20-%20Texto.pdf>> . Acesso em 1 Ago. 2015.

TANURI, Leonor Maria. **Historia da formação de professores**. São Paulo, p. 25-66, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso em 16 jul.2015.

TOMAZETTI, Elisete. **Filosofia da educação e formação de professores em algumas universidades brasileiras entre os anos 40 e 60**. Florianópolis, SC. P. 2-94. 2001 Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10346>>. Acessado em 2 set. 2015.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO

- 1) NOME:
- 2) INSTITUIÇÃO DE ENSINO DE TRABALHO
- 3) FORMAÇÃO ACADEMICA
- 4) ANO DE FORMAÇÃO E INSTITUIÇÃO QUE ESTUDOU
- 5) A QUANTO TEMPO LECIONA FILOSOFIA E QUAIS DISCIPLINAS ALEM DE FILOSOFIA VOCÊ JÁ LECIONOU TAMBÉM LECIONA ?
- 6) O QUE SIGNIFICA ENSINAR FILOSOFIA PRA VOCÊ?
- 7) QUAIS AS VANTAGENS E QUAIS AS DESVANTAGENS EM ENSINAR FILOSOFIA?
- 8) A EDUCAÇÃO FILOSOFICA DA INSTITUIÇÃO QUE VOCÊ TRABALHA É CONSIDERADA; RUIM, BOA, RAZOAVEL OU OTIMA? E POR QUÊ?
- 9) QUAL SERIA A EDUCAÇÃO FILOSOFICA IDEAL PARA SER TRABALHADA EM SALA DE AULA?
- 10) QUAL A SUA DIDATICA UTILIZADA EM SALA DE AULA
- 11) QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O POUCO TEMPO DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA SEMANALMENTE TRABALHADA EM SALA DE AULA?
- 12) HÁ UMA CHAMADA APRENDIZAGEM FILOSOFICA DA PARTE DOS ALUNOS MEDIANTE AO QUE LHE SÃO REPASSADOS?
- 13) EXISTE ALGUMA DIFICULDADE SUA OU DOS ALUNOS EM ENSINAR FILOSOFIA E APRENDER FILOSOFIA?